



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO



NILO PRAXEDES BRANDÃO NETO

**FILOSOFIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: CONTRIBUIÇÃO
PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EDUCANDO NO ENSINO MÉDIO**

MANAUS
2023

NILO PRAXEDES BRANDÃO NETO

**FILOSOFIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: CONTRIBUIÇÃO
PARA A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EDUCANDO NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO, núcleo da Universidade Federal do Amazonas, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof. Dra. Jocélia Barbosa Nogueira

MANAUS

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B817f Brandão Neto, Nilo Praxedes
Filosofia política e educação em Aristóteles : contribuição para a formação democrática do educando no ensino médio / Nilo Praxedes Brandão Neto . 2023
96 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Jocélia Barbosa Nogueira
Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Filosofia Política. 2. Educação. 3. Currículo. 4. Novo Ensino Médio. 5. Aristóteles. I. Nogueira, Jocélia Barbosa. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

NILO PRAXEDES BRANDÃO NETO

**FILOSOFIA POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ARISTÓTELES: CONTRIBUIÇÃO PARA
A FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EDUCANDO NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Filosofia
– PROF-FILO, núcleo da Universidade Federal do Amazonas,
como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em
Filosofia.

Orientadora: Prof. Dra. Jocélia Barbosa Nogueira

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Jocélia Barbosa Nogueira
(Presidente)

Prof^a. Dr^a. Arminda Rachel Botelho Mourão
(Membro Titular Externo)

Prof. Dr. José Alcimar de Oliveira
(Membro Titular Interno)

Prof^a. Dr^a. Deuzilene Marques Salazar
(Suplente Externo)

Prof. Dr. Aldair Oliveira de Andrade
(Suplente Interno)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que tomam
consciência do seu papel no mundo como sujeitos políticos
e que lutam diariamente por acreditarem
num mundo melhor e saberem que o bem comum é possível.

Dedico em especial aos meus pais que educaram a mim
e meus irmãos acreditando no poder da educação.

Dedico ainda, a todos educadores esperançados
na educação transformadora do mundo.

AGRADECIMENTO

A busca pelo conhecimento é um *devoir* constante, afinal, viver é aprender sempre e, a cada aprendizado obtido, traz a mim a certeza de que ciência não se faz isolado, mas se constrói em conjunto. Agradeço a todos e todas que somam à minha existência e contribuíram para a construção dessa dissertação:

À minha família que acredita, aposta e sonha comigo, incentivando-me sempre a ir além.

Ao Programa de Pós-Graduação PROF-FILO da Universidade Federal do Amazonas, pela abertura para a pesquisa em filosofia e pela valorização da nossa práxis, berço de tantos saberes.

Aos professores do programa desse mestrado, muito dispostos, compromissados e com saberes singulares sempre abertos às reflexões científicas e ao diálogo filosófico.

Aos meus companheiros e minhas companheiras de turma de mestrado, por todo companheirismo, por permanecerem unidos, solícitos e sempre colaborativos diante de cada disciplina realizada.

À FAPEAM que me ofereceu recursos financeiros para subsidiar esta pesquisa.

Ao colégio Dom Bosco Leste e EE Cleomenes do Carmo Chaves, pelo apoio e por ter estado comigo desde o início desse sonho quando ainda era apenas um projeto e, a EE Professor Rofran da Silva Belchior que tanto me apoiou nesse último ano de pesquisa. À Escola Estadual Roderick de Castello Branco, diretora, meus amigos professores, todo o quadro de funcionários e discentes, em especial a turma do 2º Ano 3, que somaram à esta pesquisa e que sempre demonstraram muito amor pela Filosofia.

À minha orientadora, professora Dra. Jocélia Barbosa Nogueira, pedagoga e filósofa por essência, que aceitou encarar o desafio de pensar a Política através da Filosofia comigo e me permitiu uma feliz troca de saberes.

Por fim, a todos e todas que não menciono diretamente aqui, mas que contribuíram direta ou indiretamente incentivando a realização desse sonho.

Minha gratidão!

O homem é por natureza um animal político.
(Aristóteles)

O que me surpreende na aplicação de uma educação
realmente libertadora é o medo da liberdade.
(Paulo Freire)

RESUMO

Atravessando os séculos, a Política tem permanecido presente na história e contribuído para as várias organizações dos mais diversos povos. Os gregos perceberam a importância e a pertinência da temática e buscaram investigar a sua relevância por meio da Filosofia. A presente pesquisa tem como objetivo geral estabelecer uma proposta metodológica para o ensino de filosofia no campo da filosofia política que desenvolva o diálogo e a participação crítica-política dos estudantes da educação básica para o desenvolvimento da autonomia, sendo ela resultado de uma prática realizada durante as aulas de filosofia como atividade didática-pedagógica. Apresentamos como objetivos específicos, desenvolver uma investigação minuciosa sobre os principais aspectos da Filosofia Política de Aristóteles, ressaltando sua contribuição na atualidade; analisar o ensino da filosofia política a partir da proposta do Novo Ensino Médio tendo como parâmetro a filosofia de Aristóteles para a emancipação dos estudantes; Aplicar oficinas para os alunos da 2ª série do ensino médio abordando discussões sobre a filosofia política a partir de Aristóteles que possibilitem a formação política e o protagonismo estudantil. O primeiro capítulo apresenta uma investigação reflexiva da herança deixada pelos gregos, com ênfase no filósofo Aristóteles (1998; 2009), buscando entender como esses conceitos podem se relacionar com a contemporaneidade e como esta abstraiu a ideia política dos gregos. O segundo capítulo faz uma análise crítica do currículo do Novo Ensino Médio e das diretrizes propostas pelos documentos oficiais, Constituição Federal (CF), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Amazonense (RCA). Além dos documentos oficiais, discutiremos com textos de Paulo Freire (1996; 2001) em nossas análises. O terceiro capítulo pretende criar intervenções pedagógicas planejadas para despertar a conscientização dos jovens do ensino médio a partir de debates filosóficos por meio de rodas de conversa, discutindo categorias como ideologia, alienação, autonomia e emancipação nos espaços democráticos formativos. Para isso, essa pesquisa se pautada na abordagem qualitativa e, quanto ao seu tipo será de campo, com objetivos exploratórios e descritivos. No que diz respeito à coleta de dados, são de caráter empírico, resultantes da práxis docente com o tema Filosofia Política no Ensino Médio. O método epistemológico da investigação científica baseia-se no histórico-dialético que tem como premissa central a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados visando entender os aspectos que venham caracterizar o desenvolvimento das forças que movimentam a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia Política. Educação. Currículo. Novo Ensino Médio. Aristóteles.

ABSTRACT

Across the centuries, Politics has remained present in history and contributed to the various organizations of the most diverse people. The Greeks realized the importance and pertinence of the theme and sought to investigate its relevance through Philosophy. This research has the general objective of establishing a methodological proposal for the teaching of philosophy in the field of political philosophy that develops dialogue and critical-political participation of basic education students for the development of autonomy, being the result of a practice carried out during philosophy classes as a didactic-pedagogical activity. We present as specific objectives, to develop a meticulous research study on the main aspects of political philosophy, identifying the transitions of political thought from antiquity to contemporaries; to analyze the teaching of political philosophy based on the proposal of the New Secondary School as a parameter for the emancipation of students; understand workshops for students in the 2nd year of high school, addressing discussions on political philosophy that enable training for the inclusion and protagonism of students. The first chapter presents a reflective investigation of the heritage left by the Greeks, with emphasis on the philosopher Aristotle (1998; 2009), seeking to understand how these concepts can relate to contemporaneity and how this abstracted the political idea of the Greeks, The second chapter makes a critical analysis of the New High School curriculum and the guidelines proposed by the official documents, the Federal Constitution (CF), the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB), the National Common Curricular Base (BNCC) and the Amazonian Curricular Reference (RCA), In addition to official documents, we will discuss with texts by Paulo Freire (1996; 2001) in our analyzes. The third chapter intends to create pedagogical interventions designed to awaken the awareness of high school students based on philosophical debates through conversation circles, discussing categories such as ideology, alienation, autonomy and emancipation in democratic training spaces. For this, this research is based on a qualitative approach and, as for its type, it will be fieldwork, with exploratory and descriptive objectives. With regard to data collection, they are of an empirical nature, results of teaching practice with the theme Political Philosophy in High School. The epistemological method of scientific investigation is based on the historical-dialectical approach, which has as its central premise the need to understand and explain the objects and phenomena investigated in order to understand the aspects that come to characterize the development of the forces that move society.

KEYWORDS: Political Philosophy. Education. Curriculum. New High School. Aristotle.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de escolas por oferta de etapa de ensino no Amazonas	47
Gráfico 2 – Impacto do estudo da Filosofia Política	66
Gráfico 3 – Contribuições da Política na Antiguidade Grega	67
Gráfico 4 – Filosofia Política no Currículo do Ensino Médio para a autonomia	67
Gráfico 5 – Filosofia Política no Currículo do Ensino Médio para a emancipação	69
Gráfico 6 – Textos filosóficos como base para um diálogo claro e reflexivo	70
Gráfico 7 – Importância das oficinas para o desenvolvimento da cidadania	71
Gráfico 8 – Auxílio dos podcasts no entendimento da participação política	72
Gráfico 9 – Desenvolvimento da Sequência Didática para a compreensão do papel do jovem na política	73
Gráfico 10 – O projeto executado ressignificou a compreensão da política	74
Gráfico 11 – Protagonismo dos estudantes por meio da Filosofia Política	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As formas de governo em Aristóteles	27
Quadro 2 – Competências Gerais da Educação Básica	41
Quadro 3 – Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ...	43
Quadro 4 – Habilidades	43
Quadro 5 – 1ª Série detalhamento do objeto de conhecimento/componente curricular de Filosofia.....	48
Quadro 6 – 2ª Série detalhamento do objeto de conhecimento/componente curricular de Filosofia.....	49
Quadro 7 – 3ª Série detalhamento do objeto de conhecimento/componente curricular de Filosofia.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

DEEP – Diretoria de Estatísticas Educacionais

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MP – Medida Provisória

RCA – Referencial Curricular Amazonense

SD – Sequência Didática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 – A FILOSOFIA POLÍTICA DE ARISTÓTELES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ATUALIDADE

1. 1. O homem como um animal político: a educação da <i>pólis</i> grega	18
1. 2. Finalidade da vida política para os gregos	22
1. 3. A concepção do caráter ético e político em Aristóteles	29
1. 4. A filosofia política como problema prático	32

CAPÍTULO 2 – O CURRÍCULO DE FILOSOFIA: A CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DA POLÍTICA

2. 1. Proposta Curricular do Novo Ensino Médio	37
2. 2. A presença da filosofia no Currículo do Novo Ensino Médio	39
2. 3. A filosofia no Currículo do Amazonas	46
2. 4. Postura política como projeto de democratização do saber.....	52

CAPÍTULO 3 – OS ESTUDANTES E OS ENTENDIMENTOS DA POLÍTICA

3. 1. Procedimentos Metodológicos e de Análises	56
3. 2. Oficinas propostas como recurso metodológico	59
3. 3. Proposta de Intervenção	59
3. 3. 1 Tema	60
3. 3. 2 Objetivos	61

3. 3. 3 Justificativa	61
3. 3. 4 Metodologia	62
3. 3. 5 Avaliação	64
3. 3. 5 Autoavaliação	64
3. 4. Análises e interpretação	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	81
APÊNDICE II – PRODUTO EDUCACIONAL	83

INTRODUÇÃO

Há um ditado popular que levanta e defende a tese de que política não se discute. Entretanto, a temática e seus desdobramentos perpassam tudo que está em volta, implicando direta ou indiretamente a todas as ações cotidianas, tendo em vista que está relacionada tanto à vida privada quanto à vida pública e mesmo quando a recusamos – o que pode ser uma recusa pessoal – ainda assim, envolve o coletivo, pois dar-se ao outro a apropriação do direito individual.

Para os gregos, o fazer política é tudo que se refere à vida em uma sociedade, o que direciona este trabalho ao tema da pesquisa ao buscar compreender como os gregos antigos se relacionavam com a política e pensavam a *pólis*, que para eles era a cidade, entendida como comunidade articulada pelos cidadãos e que lhes dava poder de interferir diretamente nas organizações sociais. É importante para tanto, problematizar e refletir a filosofia política e seu direcionamento no Currículo do ensino médio, responsável pela formação da última etapa da educação básica brasileira e que objetiva aprimorar os conhecimentos obtidos ao longo dos anos, desenvolvendo nos estudantes uma maior autonomia e criticidade.

É fato que nos últimos anos, principalmente, por conta do advento da internet ficou fácil observar que muitos jovens estudantes do ensino médio têm assumido papéis mais consistentes como agentes da sociedade, cumprindo seu exercício de cidadão, levantando posicionamentos mais críticos e problematizadores e em consonância tem-se muitos outros com discursos vazios e claramente obtidos por recortes midiáticos, manipulados e pouco críticos e/ou reflexivos, remetendo-se ao campo do senso comum e, se não orientados, permanecerão nesse eixo.

Foi nesse contexto, experienciando e analisando a prática educativa como professor de Filosofia em escolas de periferias da rede pública de Manaus com os diversos desafios e questões inerentes a ela, que se constituiu esse objeto de estudo e base para a construção dessa pesquisa. Percebe-se que a temática em questão não está distante, por vezes muito presente em sua essência, porém por outras vezes apontam um desvio ou distorção do sentido real ou daquilo que se espera, cabendo à educação um papel fundamental, assim como foi na Grécia antiga.

Atualmente, a Filosofia tem se distanciado do currículo da educação básica no Brasil, mesmo que indiretamente, que a partir do novo modelo do ensino médio, tornou a disciplina flexiva e não obrigatória, cabendo às secretarias de educação de cada estado essa adequação. Aspecto contraditório ao saber filosófico; analisando outras culturas, esse saber é parte integrante e definidor de formas eruditas de cultura, característica também de um conhecimento refinado e exigente do ponto de vista teórico.

Diante desse cenário e, principalmente, pela possibilidade de a Filosofia poder estimular nos estudantes uma visão crítica e contextualizada da realidade, busca-se com essa pesquisa proporcionar um olhar mais crítico de possibilidades para pensar metodologicamente a categoria política em sala de aula, atraindo mais os estudantes para diálogos ativos, filosóficos e democráticos, levando-os à autonomia e emancipação por meio da filosofia política.

Diante da práxis do dia a dia, com as mudanças drásticas no cenário político brasileiro sempre ficou muito claro, na sala de aula, os conflitos de pensamento diante da polarização aguçada pelo atual cenário político do país, acentuando assim, as discussões nas aulas de filosofia. Dessa forma, compreender qual o papel do ensino de filosofia na educação básica e como o professor pode mediar esse processo trouxe a necessidade de refletir e buscar resposta aos seguintes questionamentos: como os gregos antigos se relacionavam com a política e pensavam a pólis? Como a filosofia política é direcionada no currículo do ensino médio? Quais as concepções dos estudantes sobre a temática da filosofia política? É possível o protagonismo dos estudantes por meio da filosofia política? De que modo esse protagonismo leva à autonomia e à emancipação?

Responder essas questões em caráter filosófico é fundamental, pois a filosofia desempenha um importante papel na busca do conhecimento e com parâmetros para a compreensão do mundo e do ser humano. Diante desses questionamentos, há o desafio de refletir criticamente a presença da filosofia política e integração direta na vida dos estudantes. E com o resgate histórico problematizado tanto da política, na historicidade da Filosofia, quanto sua presença no currículo da Educação Básica, poder-se-á articular estratégias que possibilitem o protagonismo autônomo e crítico dos alunos.

O primeiro capítulo pretende investigar, num exercício de fundamentação e reflexão, a herança deixada pelo pensamento grego, com ênfase no filósofo Aristóteles (1998; 2009), buscando entender como esse pensamento pode se relacionar com os tempos atuais e como foi ou se foi abstraída a ideia política dos gregos.

A proposta do segundo capítulo é fazer uma análise crítica do currículo do novo ensino médio e das diretrizes propostas pelos documentos oficiais, Constituição Federal de 1988 (CF), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 (LDB), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Amazonense (RCA). Tendo em vista a temática central, qual seja pensar a Filosofia Política e Educação em Aristóteles: contribuição para a formação democrática do educando no ensino médio, destaca-se às diretrizes que elencam conteúdos voltados ao campo da filosofia política para refletir o processo educativo de formação dos jovens do ensino médio. Dialoga com os teóricos deste trabalho, o educador e filósofo Paulo Freire (1996; 2001) enfatizando o objetivo da educação em formar pessoas capazes de atuar positivamente na mudança do mundo e como um instrumento a serviço da democratização, da autonomia e da emancipação, que se faz dentro de um processo político.

Pretende-se no terceiro capítulo criar intervenções pedagógicas planejadas que despertem a conscientização dos jovens do ensino médio a partir de debates filosóficos acerca da filosofia política, discutindo categorias como ideologia, alienação, autonomia e emancipação nos espaços democráticos formativos como almejamos ser a escola. Busca-se desenvolver metodologias a partir de oficinas e rodas de conversa na escola. E como produto, elaborar três podcasts, com o objetivo de integrar diretamente os estudantes com o material a ser produzido a partir dos diálogos formativos, trazendo temas relacionados à política.

Partindo da linha de pesquisa Prática do Ensino de Filosofia, o desenho da investigação foi construído a partir do tema deste estudo “Filosofia Política e Educação em Aristóteles: contribuição para a formação democrática do educando no ensino médio”. O que nos levou a pensar a política para a democracia partindo da compreensão de que se trata de uma temática que abrange todos os cenários e épocas, por ser um conhecimento essencial para o desenvolvimento evolutivo das

sociedades, e ainda assim, tais discussões têm sido negligenciadas nos espaços escolares dificultando a aproximação dos alunos no ambiente escolar. Isso se dá devido, principalmente, ao interesse de manter os estudantes sem autonomia e protagonismo e excluídos de pensar os desdobramentos e interferências dos processos políticos. Tal problemática foi o que nos impulsionou para o desenvolvimento desta investigação.

Para o processo de investigação social é importante inicialmente estudar e compreender o método científico que se adequa à pesquisa, de modo a dar credibilidade às informações propostas. Assim, à estrutura metodológica e a forma como iremos analisar as informações coletadas para a pesquisa, nos amparamos na abordagem qualitativa. No que se refere ao tipo de pesquisa será de campo, tendo como característica a observação direta e participante. Quanto aos objetivos da pesquisa serão exploratórios e descritivos, a partir da coleta de dados. No que tange os dados coletados, são de caráter empírico, resultantes da práxis docente em torno dos temas relacionados Filosofia Política no Ensino Médio.

A pesquisa é resultado de uma prática realizada durante as aulas de filosofia como atividade didática-pedagógica, assim, não será necessária ser levada ao colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa. Estão envolvidos o total de trinta e cinco alunas e alunos da 2ª série do Ensino Médio regular da Escola Roderick de Castello Branco, pertencentes à rede pública estadual de Manaus – Amazonas. Faremos as rodas de conversas, produto da prática propositiva, enfocando o tema específico, de modo que possamos perceber e descrever os fenômenos.

Quanto ao raciocínio textual optamos pelo hipotético-dedutivo, que diante das problemáticas apontadas no projeto, levantaremos também hipóteses como soluções. A partir disso caberá à esta pesquisa verificar para, assim, confirmar ou refutar tais hipóteses dando validade e precisão para o trabalho. No que se refere ao método epistemológico da investigação científica, nos ampararemos do método materialismo histórico-dialético.

Almeja-se, por meio deste estudo, incitar uma nova perspectiva dos discentes do ensino médio no que tange às suas percepções acerca das múltiplas problemáticas políticas, analisando minuciosamente os estereótipos atribuídos sem

o devido exercício do senso crítico e filosófico. Entendemos a importância de estudar filosofia política nos dias atuais, ao nos proporcionar uma compreensão aprofundada dos fundamentos, princípios e teorias que regem a organização e o funcionamento das sociedades humanas, nos capacitando para refletir criticamente sobre os sistemas políticos existentes, as estruturas de poder e as relações de governança.

CAPÍTULO 1 – A FILOSOFIA POLÍTICA DE ARISTÓTELES E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ATUALIDADE

1. 1. O HOMEM COMO UM ANIMAL POLÍTICO: A EDUCAÇÃO DA PÓLIS GREGA

A educação foi de fundamental importância no processo de formação do homem grego, estando voltada para a vida comunitária. Retraçando as origens diretas de raízes pedagógicas na Antiguidade, é notório que a base da nossa educação advém deles, pois somos greco-latinos. Marrou (1975), ao traçar um estudo sobre a educação na Antiguidade, afirma que a educação no período helenístico foi de tão grande importância que devemos considerá-la o centro de todo o quadro dessa civilização.

Investigado aspectos históricos da educação grega, sabendo que o passado tem grande relevância no presente, como afirma Marrou, ao acentuar Homero, o autor das epopeias *Ilíada* e *Odisseia*, como influência de toda a educação clássica tem-se que

Tal sobrevivência parece, à primeira vista, explicar-se pelo fato de ter a educação literária grega conservado, durante toda a duração de sua história, Homero como texto base, como centro de todos os estudos: fato considerável, do qual nós dificilmente conseguimos imaginar as consequências, porque, se temos clássicos, não temos (como os italianos têm Dante e os anglo-saxões Shakespeare) um clássico por excelência; e a dominação de Homero sobre a educação grega exerceu-se de maneira bem mais totalitária ainda do que, entre uns ou outros, a de Shakespeare ou a de Dante (1975, p. 26).

Essa influência da educação homérica que o coloca como Educador da Grécia é fator evidente, citada, inclusive, por Platão (427-347 a.C.), “Homero foi, no mais pleno sentido, o educador da Grécia”. Importante salientar ainda, que o alcance da educação homérica se fazia na atmosfera ética, um aspecto fundamental apontado por Marrou (p. 28): “o verdadeiro alcance educativo de Homero residia alhures: na atmosfera ética em que ele faz atuarem seus heróis, no estilo de vida destes” (apud MARROU, 1975, p. 26).

A educação é fundamentalmente importante na vida e para a convivência em sociedade, atuando nos mais diversos seguimentos da vida humana, sejam pelos aspectos políticos, estéticos, técnicos, éticos, religiosos, sociais. Ao falar sobre a perspectiva dos valores na educação, Severino (2001) afirma que a educação se torna uma mediação universal da existência humana.

Para se reproduzir, a espécie humana depende de aprendizagem porque é, talvez, a única em que o código genético não responde pela maior parte do repertório de habilidades necessárias para sobreviver. Em cada etapa de sua História, a humanidade precisa refazer-se; não assegura seu devir histórico caso não se reaprenda continuamente. (SEVERINO, 2001, p. 83).

Nessa perspectiva, o entendimento de educação assume o sentido de um processo de comunicação dos homens e mulheres entre si, diante dos diversos tipos de relações que estabelecem entre eles. Nessa ótica, a educação transcende a simples formalidade, culminando com o convívio integral, da imitação até os rituais de costumes e padrões de comportamento.

A filosofia tem um papel fundamental nesse processo educativo, principalmente no ensino médio, onde a grande maioria dos estudantes tem o primeiro contato com a disciplina. Esse período de relação de três anos é fundamentalmente importante e desafiador, diante das problemáticas pontuadas até então, cabendo aos professores estabelecer a relação mais significativa no que tange a filosofia e o homem comum: “desde a antiguidade, a tradição filosófica tem enfatizado a descontinuidade entre filosofia e senso comum; é sintomática que os programas de filosofia desenvolvidos no ensino médio frequentemente comecem precisamente demarcando as diferenças entre ambos”. (RODRIGO, 2009, p. 12).

Trata-se de promover a abertura de possibilidades para uma ação cultural com um enfoque educativo, visando capacitar os estudantes a ir além de uma mera contemplação filosófica intuitiva. Nesse sentido, compreende-se que o ser humano é, intrinsecamente, um ser filosófico, almejando-se fomentar uma compreensão mais profunda dessa condição inata.

Marrou (1975) retoma a ideia de que a relação pederástica, com raízes no termo grego *Pederastia*, se forma a partir da junção de duas palavras gregas, *país* (“criança”) e *erân* (“amar”), objetivava à preparação dos jovens para a inserção no seio da sociedade ateniense, não tinha caráter erótico e não passava de uma relação baseada na pedagogia. Não havendo, portanto, um caráter valorativo e moral, como atribuem alguns pensadores ao tratar dessa questão, dentro de perspectivas eróticas oriundas normalmente da forte influência do cristianismo.

Observa também que aqueles que participavam da pederastia dentro do período clássico não sofriam nenhuma repressão social ou algo que os estereotipassem, como acontece na atualidade, com a marginalização da orientação sexual. Isso porque a concretização desse ato não era entendida na perspectiva da homossexualidade, mas muito pelo contrário, aqueles participantes eram parte do núcleo central da sociedade, pois somente aos cidadãos e futuros cidadãos de Atenas se realizava pederastia e, exclusivamente, com fins pedagógicos (MARROU, 1975).

Importante destacar que as relações pederastas, no período clássico, se davam exponencialmente entre os cidadãos e futuros cidadãos atenienses e, o nascimento caracterizava a principal via de acesso à essa comunidade cívica. No contexto da cultura ateniense, funcionava como uma pedagogia e se dava como uma pós-educação básica para o futuro cidadão. Vale ressaltar quem eram os cidadãos:

“Em Atenas eram, portanto, cidadãos as crianças nascidas de um pai cidadão e de uma mãe filha de cidadão, unidos pelo casamento legítimo. Em grego havia dois termos para designar o cidadão: *astos* e *polites*. *Aste*, feminino de *astos*, utilizava-se para designar a mulher ateniense por nascimento. Em contrapartida, *politis*, o feminino de *polites*, só aparece muito raramente. Supõe-se que *astos* designavam aquele que pertencia à comunidade ateniense. (MOSSÉ, 1993, p. 41).

Em seus primeiros anos de formação, os meninos recebiam lições de ginástica de um professor especialista. Existiam também espaços onde as crianças aprendiam a ler e a escrever; além dessa educação intelectual, recebiam ainda lições de canto, dança e execução da lira. Integrando ainda o programa educacional básico

do futuro eupátrida, lições de poesia, mais especificamente poesia lírica, que faziam parte de sua formação e possuíam grande importância na cultura grega.

Com a expansão do helenismo e do seu pensamento educacional, a *Paideia* passou a expressar a cultura e a civilização grega. A Educação helenística é de fato o que podemos chamar de educação clássica:

[...] é a de todo o mundo grego, quando se estabiliza após as grandes aventuras da conquista de Alexandre e das guerras que sucederam a sua morte. Ela permanece em voga, em todo o mundo mediterrâneo, por tanto tempo quanto este merece ser considerado antigo. Ultrapassa, com efeito, a era propriamente helenística para estender-se pelo período romano (MARROU, 1975, p. 154).

Embora a *Paideia* tenha passado por um processo de longos anos de construção, veio a se constituir como sistema educativo e matriz base da educação ocidental. Dessa forma a *Paideia*, que inicialmente indicava a técnica apropriada de preparação da criança para se tornar um Homem, quando analisada em relação aos princípios da educação na Grécia, fica evidenciado que há um desenvolvimento da democracia educativa, porém reservado para as classes governantes, e nesse processo educativo havia um direcionamento para o pensar e o fazer política.

Em se tratando ainda de educação e estado, Aristóteles se volta para os homens comuns que, embora sem vocação para a filosofia devem tornar-se bons cidadãos. É, então, que se faz necessário pensar a pedagogia como função do estado, desse modo, a pedagogia é entendida como um tipo de política.

Refletindo sobre o fenômeno educacional, Aristóteles expõe de maneira explícita sua concepção de educação no cerne da *Politeia*, demonstrando de maneira inequívoca que a experiência grega do seu século está em estabelecer uma alternativa tangível de ação prática e intelectual para a vida em sociedade.

1. 2. FINALIDADE DA VIDA POLÍTICA PARA OS GREGOS

O mundo grego na antiguidade já especulava e investigava a relevância da política como parte integrante da construção do sujeito e entendeu que a política não era algo distante e abstrato, mas parte da vida deles e presente em todas as relações estabelecidas.

Oriunda do grego, segundo o dicionário filosófico, o termo Política (gr. ΠΟΛΙΤΙΚΗ; lat. Política; in. *Politics*; fr. *Politique*, ai. *Politik*, it. Política) compreende-se em quatro eixos conceituais, estando assim, definidos: 1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª o estudo dos comportamentos intersubjetivos. Sendo que a base dos dois primeiros se fundamenta nos estudos aristotélicos. Vejamos:

1ª O primeiro conceito foi exposto em *Ética*, de Aristóteles. A investigação em torno do que deve ser o bem e o bem supremo, segundo Aristóteles, parece pertencer à ciência mais importante e mais arquitetônica: "Essa ciência parece ser a política. Com efeito, ela determina quais são as ciências necessárias nas cidades, quais as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto" (Et. nic. I, 2. 1094 a 26). Este conceito da P. teve vida longa na tradição filosófica. Hobbes, p. ex., dizia: "A P. e a ética, ou seja. a ciência do justo do injusto, do equânime do iníquo, podem ser demonstradas a priori, visto que nós mesmos fizemos os princípios pelos quais se pode julgar o que é justo e equânime, ou seus contrários, vale dizer, as causas da justiça, que são as leis ou as convenções" (Dehom.. X. § 5). (Abbagnano, 2007, p. 773).

Quanto ao 2º significado está voltado diretamente para a perspectiva aristotélica tendo como base sua obra *Política*:

2ª O segundo significado do termo foi exposto em *Política* de Aristóteles: "Está claro que existe uma ciência à qual cabe indagar qual deve ser a melhor constituição: qual a mais apta a satisfazer nossos ideais sempre que não haja impedimentos externos; e qual a que se adapta às diversas condições em que possa ser posta em prática. Como é quase impossível que muitas pessoas possam realizar a melhor forma de governo, o bom legislador e o bom político devem saber qual é a melhor forma de governo em sentido absoluto e qual é a melhor forma de governo em determinadas condições" (Pol., IV, 1, 1288 b 21). Neste sentido, segundo Aristóteles, a P. tem duas funções: 1ª descrever a forma de Estado ideal; 2ª determinar a forma do melhor Estado possível em relação a determinadas circunstâncias. Efetivamente, a P. como teoria do Estado seguiu o caminho utópico da descrição do Estado perfeito (segundo o exemplo da República de Platão)

ou o caminho mais realista dos modos e dos instrumentos para melhorar a forma do Estado, o que foi feito pelo próprio Aristóteles numa parte de seu tratado. As duas partes, todavia, nem sempre são facilmente distinguíveis e nem sempre foram distintas (ABBAGNANO, 2007, p. 773).

Ao contrário do que se possa pensar, muitas vezes tomados pelo senso comum, a prática da política não é algo restrito e peculiar dos políticos, mas diz respeito a uma prática comum e de direito de todo cidadão presente na sociedade, uma vez que, ela se faz dentro dos espaços onde estes estão inseridos e formam as mais diversas relações de poder.

Baseado na perspectiva da extensão e dos desdobramentos do papel da política, entende-se que ela implica diretamente na vida de cada sujeito e nas diversas relações estabelecidas no cotidiano deles, tendo assim, grande responsabilidade em moldar, mudar e transcender as realidades.

É importante ainda destacar as funções da política estudada por Aristóteles que a coloca em duas dimensões, sendo a primeira a de descrever a forma de Estado perfeito ou ideal, inclusive, dentro de uma perspectiva utópica, quanto a segunda está entrelaçada diretamente com a realidade, de modo contextual determinando, portanto, a forma do melhor Estado possível frente a cada realidade.

É necessário pensar que, esse poder, não concerne somente ao Estado, podendo ser aplicado assim, a todos os tipos de relações humanas, das mais simples e comuns do cotidiano às mais complexas, concretizadas na escola, em casa, nos espaços religiosos, no trabalho, nas relações afetivas, entre outras esferas.

A Grécia Antiga se organizava por meio das *pólis*, compreendida como Cidades-Estados e, cada uma tinha sua própria constituição com parâmetros para definição social, econômica, manifestações culturais e políticas. As chamadas *pólis*, foram fundamentais para o surgimento da palavra política, sendo a política a prática da *pólis* que se tornou consciente de si própria, assim:

A política, de fato, a própria ideia de política, é o produto de um momento singular em que se cruzaram, em nossa história, dois frutos da história grega: um novo modo de pensar surgido por volta do século VI antes de Cristo, fundado no livre exame e na interrogação sobre o fundamento de todas as coisas, encontrou um modo livre e novo de viver juntos, surgido no

século VIII antes de Cristo, chamado polis. Produto desse cruzamento, a política é a prática da polis que se tornou consciente de si própria, ou, inversamente, a investigação sistemática aplicada à *pólis* (WOLFF, 1999, p. 07).

Nesse sentido a política seria um conjunto de práticas pelas quais os homens e mulheres em torno delas se dedicam em um processo dinâmico de coexistência, e o filósofo Aristóteles (385 - 322 a. C) compreendia muito bem o conceito da *pólis* grega e partia do pressuposto de que o conhecimento era adquirido por meio da observação e da experimentação, levantando a tese de que a ciência política deveria ter base em dados empíricos.

O filósofo percebeu ao analisar as estruturas sociais que naquele contexto eram estabelecidas que os sujeitos tinham certa capacidade e tendência natural para formarem as vilas, aldeias e conseqüentemente cidades e que o objetivo centralizador compreendia a busca e o desejo de uma vida digna. Desse modo, viver em uma sociedade organizada por meio da razão e da política seria a distinção principal que nos distingue dos animais e nos torna humanos. Para um indivíduo viver fora da *pólis*, segundo Aristóteles, seria ele um animal selvagem ou um deus, dessa forma, o homem é por natureza um animal político, determinando essa como a essência humana.

Aristóteles em seu tratado sobre Política (1998) define o homem como um ser político por natureza escrevendo sobre a melhor forma de governo da *pólis* grega e qual seria a constituição que melhor garantiria aos seus cidadãos a tranquilidade para se buscar a felicidade e bem-estar:

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias, constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar. [...] Bastar-se a si mesmo é uma meta a que tende toda a produção da natureza e é também o mais perfeito estado. É, portanto, evidente que toda Cidade está na natureza e que o homem é naturalmente feito para a sociedade política (p. 04).

Importante frisar que mesmo antes da concretização da política já existiam a formação de grupos de homens e mulheres, bem ou mal estruturados, mas que

ofereciam garantias de uma subsistência vivendo juntos. No entanto, a grande questão é que tais organizações, como pontua Wolff (1999), mesmo estando nesse estado de convivência se não pensassem na forma como viviam no sentido de domínio político, como algo que dependia deles, não estariam precisamente no fazer política.

Ter a garantia de uma noção consciente de um domínio próprio é fundamental para saber fazer política: “um povo sem a consciência de um domínio próprio das coisas da cidade não pode agir politicamente, uma vez que não sabe que a política é aquilo que lhe pertence” (WOLFF, 1999, p. 08). Esse percurso de conscientização se dava por meio da existência da *polis*, permitindo assim o aparecimento de duas vertentes: as práticas, ligadas a ideia da política que se faz e a reflexiva, unida ao pensamento racional da política que se estuda.

A cidade, para Aristóteles, tem uma finalidade muito clara: o soberano bem. Desse modo, a cidade é a comunidade política soberana em relação as comunidades reunidas em seu entorno, definidas da seguinte forma: lar, vila (aldeia) e cidade. A primeira é formada por três relações como bem define o filósofo ao apontar o casal - homem e mulher - que segundo a concepção aristotélica esses seres não podem existir um sem o outro e estão ligados pela relação natural da procriação e de interdependência de ambos para a perpetuação da espécie humana:

É preciso, inicialmente, reunir as pessoas que não podem passar umas sem as outras, como macho e a fêmea para a geração. Esta maneira de se perpetuar não é arbitrária e não pode, na espécie humana assim como entre os animais e as plantas, efetuar-se se não naturalmente. É para a mútua conservação que a natureza deu a um o comando e impôs a submissão ao outro (ARISTÓTELES, 2000, p. 02).

No que se refere à procriação por meio dos dois indivíduos, não se trata de uma escolha refletida, mas natural, como acontece com outros seres vivos. Essa relação comunitária, analisa Wolff (1999), é natural em quatro sentidos: inicialmente pela universalidade, entendendo que ela é correspondente a todo ser vivo pela união macho/fêmea. Segundo, pela necessidade condicional, ou seja, aquilo sem o que uma coisa não pode ser ou ser boa, assim, o macho e a fêmea se complementam e um não pode existir sem o outro. Terceiro, trata-se da finalidade natural do casal, em

vista a procriação, vale ressaltar que, o ser humano não existe apenas para procriar. Por fim, o quarto critério que diz respeito à naturalidade do casal, compreendido enquanto espécie, deixando atrás de si um outro ser semelhante a si mesmo.

Ainda sobre o lar, Aristóteles estabelece a segunda relação entre pai e filho em se tratando do poder dos livres e desiguais, que se faz pela diferença de idade e compete ao filho a obediência ao pai, definido como poder paternal. Quanto a terceira relação, senhor e escravo, trata-se do poder despótico no qual o senhor governa enquanto em contrapartida o escravo obedece. “Chamaremos de despotismo o poder do senhor sobre o escravo; marital, o do marido sobre a mulher; *paternal*, o do pai sobre os filhos” (ARISTÓTELES, 2000, p. 09).

A segunda comunidade, então formada, resultando de várias casas, chama-se aldeia. Nesse contexto, a aldeia pode ser considerada uma unidade social mais complexa do que a simples agregação de casas isoladas. Ela pode abrigar um número maior de indivíduos, permitindo interações sociais mais diversificadas e um maior desenvolvimento de atividades coletivas, como o compartilhamento de recursos e a organização de tarefas comunitárias.

A sociedade que em seguida se formou de várias casas. chama-se aldeia e se assemelha perfeitamente à primeira sociedade natural, com a diferença de não ser de todos os momentos, nem de uma frequência tão contínua. Ela contém as crianças e as criancinhas, todas alimentadas com o mesmo leite. De qualquer modo, trata-se de uma colônia tirada da primeira pela natureza (ARISTÓTELES, 2000, p. 03).

Além disso, a formação da aldeia também pode refletir a consolidação de vínculos sociais e o surgimento de estruturas de poder e liderança mais elaboradas, que desempenham um papel fundamental na organização e governança da comunidade.

Tal comunidade se desenvolveu naturalmente, evoluindo-se como o ser humano que perpassa seus ciclos de vida, indo de criança para a fase adulta até chegar a sua velhice. Na qual a vila é a evolução do lar, deste modo, resultante da primeira sociedade natural. “Com efeito, toda família, sendo governada pelo mais velho como que por um rei, continuava a viver sob a mesma autoridade, por causa

da consanguinidade. Este é o pensamento de Homero, quando diz: "cada um, senhor absoluto de seus filhos e de suas mulheres, distribui leis a todos." (ARISTÓTELES, 2000, p. 03).

Concluindo as três comunidades, o filósofo, define a última como cidade, essa que se constitui como o fim da evolução natural e é também o seu próprio fim, ou seja, tem a faculdade de bastar a si mesma, e tem em sua estrutura a finalidade de conservação da existência humana, porém o mais importante é a busca do bem-estar. Assim, o homem é de fato um animal cívico, mais social que todos os outros animais, tendo conhecimento do bem e do mal, do justo e injusto e, principalmente da linguagem, e que faz uso da fala que não pode ser confundida com simples emissões de sons.

Aristóteles ao tratar dos diversos governos traça um estudo que distingue os regimes políticos e formas de governo e, de acordo com filósofo grego, o governo é o exercício do poder supremo do estado.

Quadro 1 – As formas de Estado em Aristóteles

Tipo de Governo	Governo em vista do bem comum	Governo em vista do Interesse próprio
Governo de um só	Monarquia	Tiranía
Governo de poucos	Aristocracia	Oligarquia
Governo de muitos	Polítia	Democracia

Quadro elaborado pelo autor

Em se tratando dos regimes políticos, refere-se aos critérios que separam quem governa e o número de governantes, assim, são apontados três regimes políticos, sendo eles: a *monarquia*, onde o interesse comum é dado a um só indivíduo que governa o Estado; a *aristocracia*, aqui o governo é confiado um grupo menor formado por poucas pessoas; e por fim, a *república*, poder atribuído a multidão que governa para a utilidade pública, ou seja, poder de todos.

No que se refere às formas de governo trata-se sobretudo sobre a finalidade com a qual governam:

O governo é o exercício do poder supremo do Estado. Este poder só poderia estar ou nas mãos de um só, ou da minoria, ou da maioria das pessoas. Quando o monarca, a minoria ou a maioria não buscam, uns ou outros, senão a felicidade geral, o governo é necessariamente justo. Mas, se ele visa ao interesse particular do príncipe ou dos outros chefes, há um desvio. O interesse deve ser comum a todos ou, se não o for, não são mais cidadãos (ARISTÓTELES, 2000, p. 105).

As classificações das formas de governo feitas por Aristóteles, são resultados da história por ele observada e de sua própria realidade, sendo muitas vezes exemplificada com fatos do seu contexto histórico. Assim, ele escreve sobre uma noção de constituição que estrutura e dá ordem à cidade e que determina o funcionamento de todos os cargos públicos, mas especialmente da autoridade soberana que tem papel crucial para o bem comum e a felicidade geral, sendo, portanto, um governo justo.

Em resumo, Aristóteles associou as classificações das formas de governo às circunstâncias históricas que observou e à sua própria realidade. Ele delineou a noção de constituição como a estrutura organizadora da cidade, sendo a autoridade soberana responsável por garantir o bem comum e a felicidade geral, o que caracterizava um governo justo.

Contudo, para pensar uma Constituição que permita que o bem comum alcance sempre o bem comum sendo ainda adequado ao regime republicano, Aristóteles combina oligarquia e democracia, que podem ser compreendidas como democracia moderada que não seria entregue aos ricos (sendo eles uma minoria) nem à massa de pobres (STIRN, 2006).

Ao analisar a partir dessa perspectiva, constata-se que República e democracia são conceitos diferentes, embora de certa maneira o regime político de democracia seja o mais apropriado para assegurar a estabilidade da vida republicana (STIRN, 2006). A discussão de vocabulário finda e toma novo direcionamento quando o filósofo grego designa a *politeia*, sendo o regime que tem por objetivo o bem comum, como ainda o regime particular representado pela democracia moderada.

1. 3. A CONCEPÇÃO DO CARÁTER ÉTICO E POLÍTICO EM ARISTÓTELES

Quando estudado o termo *ethos* na tradição da língua grega, fica perceptível sua longa presença, porém é com Aristóteles que se obtém uma conotação e sentido filosófico integral da virtude do caráter. Nesse contexto, o termo ganha significado na perspectiva de temperamento natural de uma espécie, seja animal ou de um indivíduo, como também a maneira de ser e de se comportar em caráter habitual.

O filósofo é bastante sucinto ao falar sobre a virtude, quando levanta questionamentos acerca desse tema. Se de fato a necessidade das mesmas virtudes dos que comandam deve ser a mesma aos que obedecem, dizendo, pois, que as expressões que diferenciam dois lados hierárquicos não são do mais para menos, como tantos sujeitos assim pensam, mas existe algo específico, como ele nos aponta:

Se quem comanda não é nem justo, nem moderado, como é possível que comande bem? Se aquele que obedece carece dessas virtudes, qual não será a obediência de um corrompido e de um mal? É preciso, pois, que ambos tenham virtudes, mas que suas virtudes tenham caracteres diferentes, da mesma variedade que se observa nos seres nascidos para obedecer (ARISTÓTELES, 1998, p. 35).

Assim, nos demonstra uma forma de governo virtuosa, ao passo que nos condiciona a refletir filosoficamente uma questão tão expressiva em nossa sociedade, ou seja, direitos que proporcionam a condição de cidadãos membros de um mesmo Estado. Em seu sentido tradicional, a cidadania expressa um conjunto de direitos e de deveres que permitem aos cidadãos e cidadãs o direito de participar da vida política e da vida pública, podendo votar e serem votados, participando ativamente na elaboração das leis e do exercício de funções públicas, por exemplo.

Para Aristóteles, a própria natureza humana condiciona o homem a viver em sociedade enquanto um animal político. Desejosos de encontrar o sumo bem, os homens buscam na perícia política os determinantes necessários à felicidade. Para o filósofo, encontrar e conservar um determinado bem que seja pertinente ao povo e ao Estado é aproximar-se do que é divino (Aristóteles, 2009). Por isso mesmo,

Vergnières (1998) entende que Aristóteles não poderia ignorar aquilo que representa o laço propriamente político, o próprio *ethos*.

O conceito de *ethos* desenvolvido por Aristóteles deu um lugar específico para o estudo da virtude ética, ou nas palavras de Vergnières (p. 05, 1998) “[...] da virtude do caráter”. Segundo a mesma autora, o estagirita entende o caráter como uma disposição adquirida por meio do hábito que ocorre a partir do desejo da alma, sendo essa uma intermediária entre a parte vegetativa e a parte racional. Esse entendimento prático da formação do caráter do homem também passa pelos caminhos da política. Segundo Aristóteles (2009, p.41):

[...] Os legisladores tornam os cidadãos bons cidadãos habituando-os a agir bem – é este de resto o seu propósito. E todos os legisladores que não tiverem em mente esse propósito erram. É nisto, precisamente, que se distingue uma boa constituição política de uma má.

Existe, portanto, uma linha tênue entre ética e política na formação do homem grego. Na teleologia Aristotélica, as duas se encaminham para um único fim, a felicidade. Para Natali (2016) isso ocorre em uma dupla relação recíproca, já que a ética estabelece a causa final do agir humano que é a própria felicidade e “[...] a política encontra os modos para educar os cidadãos a viverem uma vida feliz, determinando a natureza e o funcionamento do instrumento principal para alcançar uma vida feliz, a constituição” (p. 301).

Aristóteles explica quais são os caminhos para alcançar a felicidade. A educação surge como o primeiro deles, apontando a cidade como a instituição que a isso deve providenciar (BERTI, 2012). Uma educação voltada para a formação do caráter do homem grego. Onde ele possa encontrar, na base da cidade-estado, as condições políticas e materiais para viver bem. Assim, é necessário, pensar a comunidade como o lugar de identidade, com uma linguagem própria que favorecerá a formação do cidadão político grego (NATALI, 2016).

É importante compreender o laço indissociável entre a constituição, o cidadão e a virtude política. “Ora, o governo ou a constituição política não passam de uma

certa ordem estabelecida entre os que habitam a cidade” (ARISTÓTELES, 2009, p. 07). Por isso, é natural que a leitura do que seja a constituição nos remete à própria definição do cidadão grego. Natali (2016, p. 314) escreve que “[...] cidadão é aquele que faz parte da soberania”.

Embora a constituição da cidade-estado ampare a forma de organização da *polis*, só o cidadão é compreendido como aquele que faz parte da soberania e do poder. Só a esse homem se faz necessário a *phronesis*, e com ela as virtudes completas no que tange às éticas das virtudes (ARISTÓTELES, 2009). Já para o bom cidadão, basta saber ser governado e governar bem. O que pressupõe a vivência em uma cidade melhor, para que se constitua um homem de excelência no sentido moral (NATALI, 2016).

Vale ressaltar que a formação ética do cidadão grego que ocorre na comunidade é fruto da própria constituição. Para o filósofo, o fim da cidade-estado é o bem dos cidadãos e do próprio governante enquanto cidadão. Natali (2016) analisa as diferentes formas de constituição da cidade-estado. São seis as principais formas, considerando-se três boas (reino, aristocracia e politeia) e três más (tirania, oligarquia e democracia).

As duas constituições mais difundidas são a democracia e a oligarquia que o próprio filósofo define como governo dos pobres e governo dos ricos, visando a vantagem da própria classe social. Aristóteles (2009, p. 93-94) discorre que:

[...] a verdadeira diferença entre a democracia e a oligarquia está na pobreza e na riqueza; é preciso que todas as vezes que a riqueza ocupa o poder, com ou sem maioria, haja oligarquia; e democracia quando os pobres é que ocupam o poder. Mas acontece, como dissemos, que geralmente os ricos constituem minoria e os pobres maioria; a opulência pertence a alguns, mas a liberdade pertence a todos.

Aristóteles entende que os cidadãos que contribuem em virtude para a comunidade, participam mais desta. Por outro lado, os que são superiores àqueles em liberdade e tradição familiar, são superiores em virtude política (NATALI, 2016).

Por isso, surgem as hierarquias daqueles que governam e devem possuir as virtudes necessárias para isso, e daqueles que contribuem suas virtudes para a comunidade.

Portanto, para Aristóteles a filosofia prática é uma ciência e tem por finalidade buscar o supremo bem humano, que significa o próprio bem da comunidade. Essa ciência é considerada a própria política e tem como parte integrante a ética (BERTI, 2012). As duas, tanto a ética como a política, almejam a mesma coisa, ou seja, a felicidade. A política demonstra como alcançá-la e a ética como mantê-la.

Ora, se a formação do homem grego é direcionada para alcançar a felicidade, essa educação só pode se consumir na comunidade, na sua própria constituição e imbuída de virtudes. O político, além dessa formação, precisa estar além, possuindo todas as virtudes políticas para bem governar a comunidade. É necessário a ele, o *ethos*, ou seja, a virtude ética que desenvolve o caráter.

1. 4. A FILOSOFIA POLÍTICA COMO PROBLEMA PRÁTICO

Para o marxismo, a razão se converte em realidade e incorpora na esfera da prática entendendo que a verdade filosófica é aquilo que se conquista na experiência revolucionária, aspecto peculiar da filosofia política, podendo ser compreendida como a disciplina filosófica que discute o modo como a sociedade deve estar organizada. Ao tratar da filosofia como um problema prático, entende-se que esta lida com problemas reais e concretos do dia a dia de uma sociedade, porém mais que isso, busca orientar e pensar soluções práticas a esses problemas. Desempenha ainda, um papel crucial ao direcionar os indivíduos a uma compreensão mais profunda e mais consistente dos princípios e conceitos subjacentes ao governo, à política e à própria formação e organização da sociedade.

Ao construir um estudo teórico que discorre sobre a modernidade de Aristóteles e sua extraordinária audácia como pensador, Stirn (2006) pontua a capacidade em propor uma definição da República que mantém intacta toda sua atualidade. Eis a definição do filósofo grego: “República é ‘a sociedade que visa ao interesse geral e onde a autoridade é exercida mediante a lei sobre homens livres e iguais’” (STIRN, 2006, p. 87).

É perceptível que essa questão tem sido abordada por muitos autores ao longo da história, enfatizando como problemáticas e questões existenciais, responsabilidade moral, valores, relação com o divino, questões políticas, democracia, reflexões sobre as consequências éticas, liberdade e as relações de poder que se formam entre outros elementos não menos importantes.

A filosofia, como disciplina intelectual, concentra-se na contemplação e no exame crítico das ideias, procurando compreender a realidade em termos de princípios gerais e conceitos fundamentais. Nesse sentido, a busca pela verdadeira natureza das coisas está relacionada à investigação filosófica, que busca além das aparências superficiais e procura alcançar uma compreensão mais profunda e universal, envolvidas nas questões práticas da organização social, do poder e da tomada de decisões.

A preocupação em definir o Estado e sua função é uma questão que caminha com a humanidade – dos gregos antigos aos contemporâneos – e isso se dá principalmente pela dinamicidade de suas configurações ao longo das civilizações e, pela sua apropriação histórica dentro de cada período.

Observando essa característica na perspectiva de marxista, por exemplo, se faz necessário pensar como era visto o Estado na modernidade a partir do século XVI e XVII, que apresenta uma grande preocupação com essa temática e, posteriormente, esses teóricos se tomam um elemento crucial para as críticas de Marx. É o caso dos importantes filósofos contratualistas, como Tomas Hobbes, ao teorizar que o Estado tinha a função de garantir a paz e a tranquilidade da humanidade, bem como, o pensador Jhon Locke, com a função distinta do Estado em garantir os direitos autorais e alienáveis, desenvolvendo a tese do liberalismo e claro, o filósofo suíço Jean-Jaques Rousseau, que pensa o Estado como a representação da vontade geral e não das vontades individuais. Todos estavam preocupados com a definição do papel do estado e que tiveram grande influência para as concepções futuras.

Ao apresentar a ideia do surgimento do Estado, Engels (1977) fala da necessidade de controlar os antagonismos e conflitos entre as classes sociais. Argumentando que, em geral, o Estado é dominado pela classe mais poderosa e

economicamente dominante da sociedade e, através do controle do Estado, essa classe se torna também politicamente dominante e adquire novos meios para reprimir e explorar a classe oprimida.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes (ENGELS, 1977, p. 193-194).

Sobre essa questão também percebida e analisada por Aristóteles, mesmo que em contextos diferentes, o filósofo aponta para o perigo dos extremos dentro da *polis*, dado pelo número excessivo de pobres frente ao pequeno número de ricos. Ainda segundo o pensador grego, esse pequeno grupo mesmo que aparentemente inferior em sua quantidade, podem ser perigosos para a comunidade, principalmente pela sua falta de interesse no bem-estar das *polis* (NEGT, 2002).

Embasado nas ideias marxistas, Mascaro (2013) ao falar sobre o estado e a forma política afirma que o entendimento do Estado só pode se fundar na crítica da economia política capitalista. Para entender o Estado, é necessário analisar e questionar os fundamentos da economia política capitalista que se refere ao sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na busca pelo lucro e no mercado livre.

No contexto da análise de Marx, a visão sobre o Estado na modernidade, conforme desenvolvida pelos filósofos contratualistas, é considerada uma expressão da ideologia burguesa e das relações de classes dominantes. O filósofo critica a concepção contratualista do Estado, argumentando que ela serve para perpetuar a exploração e a desigualdade social presentes na sociedade capitalista.

Dada a contribuição de Marx e Engels (2001) para a teoria política ao analisar a formação das ideologias e o papel do Estado na sociedade na obra “A Ideologia

Alemã”, escrita em 1845-1846, os autores revolucionaram a maneira como o Estado era entendido até então, assim, o Estado é moldado pelos interesses da classe dominante, ou seja, pela classe social que detém o controle dos meios de produção e possui o poder econômico e político.

A fim de evitar sua dissolução pelas contradições de classe, a sociedade civil deve se condensar no Estado e se apresentar enquanto Estado. Isto é, enquanto ilusão de um interesse comum sobreposto às contradições de classe e capaz de encobrir a dominação de uma classe sobre as outras. (MARX; ENGELS, 2001, p. 31)

Essa visão de que o Estado não é uma entidade que existe em função do poder dos indivíduos, ou seja, não é criado e controlado pelas pessoas em geral, mas em vez disso, é algo separado e externo aos indivíduos, não lhes pertencendo diretamente e não podendo assim ser controlado por eles, implica que o Estado exista para os homens como resultado de seu poder, mas sim como algo que não lhes pertence e nem poderá ser objeto de seu controle, como analisa Nogueira (2017, p. 37):

Assim, o Estado articula-se aos interesses da classe dominante e defende um poder das relações de produção e acumulação do capital. Mostra-se defensor da coletividade numa estratégia de camuflagem dos seus reais objetivos, que estão voltados para a produção dos interesses das classes dominantes presentes em cada época e que dão materialidade aos projetos de reforma que o Estado monta em todos os setores da sociedade civil.

Marx (2001) parte da premissa de que a estrutura política e jurídica de uma sociedade é determinada pela sua base econômica, ou seja, pelas relações de produção predominantes. Na sociedade capitalista, a classe burguesa detém os meios de produção e controla os recursos econômicos, enquanto a classe trabalhadora é privada dos meios de produção e precisa vender sua força de trabalho para sobreviver.

A forma política capitalista, estatal, está intimamente ligada à forma-valor, isso se dá por conta da intrínseca conexão da forma política do sistema capitalista, representada pelo Estado, que é central nas relações econômicas capitalistas.

“A forma política capitalista, estatal, está intimamente ligada à própria forma-valor, em cujo processo de reprodução toma parte encadeando-se como um ente terceiro garante do seu estabelecimento e contínua consecução, apartado do interesse estabelecimento e contínua consecução, apartado do interesse imediato dos portadores de mercadoria em transação. Tal forma política necessária do capitalismo, espelho da forma mercantil, ao se constituir, materializa-se em organismos estatais e também em um vasto conjunto de instituições sociais, consolidando-se em aparatos que lhe são específicos e próprios. Em tal configuração institucional, formam-se entes identificáveis concretamente no tecido social, com relativa autonomia em face desse mesmo todo” (MASCARO, 2013, p. 31).

Destaca-se a importância da forma política apartada dos interesses imediatos dos agentes econômicos, sua materialização em organismos estatais e instituições sociais, bem como a existência de entes identificáveis com certa autonomia dentro desse sistema institucional. “A autonomia do Estado em relação aos agentes econômicos, sendo real porque advinda das concretas relações econômicas capitalistas, é relativa se tomada justamente em tal nível estrutural” (MASCARO, 2013, p. 52).

Vale ressaltar que é real a autonomia do Estado em relação aos agentes econômicos, porém ao mesmo tempo é relativa quando considerada em um nível estrutural. Desse modo, o Estado possui uma certa autonomia em relação aos atores econômicos no contexto das relações econômicas capitalistas, contudo, essa autonomia é limitada e condicionada pelas próprias estruturas e dinâmicas do sistema econômico capitalista.

CAPÍTULO 2 – O CURRÍCULO DE FILOSOFIA: A CONTRIBUIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DA POLÍTICA

2. 1. PROPOSTA CURRICULAR DO NOVO ENSINO MÉDIO

É quase unânime a premissa de que a educação é a base de tudo. Dessa forma, está definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, além das propostas pedagógicas, tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas nas três etapas da educação básica, em todo o Brasil.

Ao apontar a definição da educação no artigo 1º, a LDB afirma que a educação abrange os processos formativos e se integra às instituições e espaços de sociabilidade, como a vida familiar, a convivência humana, o mundo do trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil e das manifestações culturais.

Quanto aos princípios e fins da educação que é definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), em seu artigo 2º define a educação como dever da família e do Estado, destacando alguns dos princípios como o de liberdade e de solidariedade humana, e com finalidade o pleno desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho, sendo os dois últimos elementos reafirmados no artigo 22º da lei.

A Proposta Curricular do Ensino Médio deve ter efetividade na formação dos estudantes. Soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira visando a formação humana em sua totalidade, bem como construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é definida como:

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2018, p. 07).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Artigo 1º, afirma que: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996) Essa abrangência colocada pela LDB que, em tese, cumpre um importante papel social, também é assegurada pela Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A nova reforma do Ensino Médio, expressa na Lei 13.415 de 16.2.2017, introduziu mudanças significativas na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) referentes a essa etapa da Educação Básica. No entanto, é questionável a proposta do Novo Ensino Médio, que começou a ser implementada oficialmente em 2022 nas primeiras séries e tem como prazo final o ano de 2024 para sua total integração. Essa reforma envolve mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro, como alterações curriculares, métodos de ensino e políticas educacionais. As alterações propostas para o Ensino Médio levantam dúvidas e críticas sobre a sua efetividade.

A MP 746, que resultou na Lei 13.415, também conhecida como Medida Provisória da Reforma do Ensino Médio, é a etapa seguinte ao Projeto de Lei 6840/2013, que foi apresentado por uma Comissão Especial da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 2013, portando, se trata de um projeto que já estava em andamento há alguns anos antes da sua execução, iniciado no governo Temer e colocado em prática no governo Bolsonaro.

Diversos são os argumentos de cunho crítico que têm sido apresentados no contexto das reformas do Ensino Médio. Alguns desses argumentos são: a restrição de conteúdos, devido ao fato de priorizar determinadas áreas de conhecimento em detrimento de outras; a ausência de participação dos estudantes: a falta de consulta e envolvimento direto dos estudantes nas decisões sobre a reforma pode desconsiderar suas necessidades, vale ressaltar que hoje, há muitos movimentos

estudantis, voltados para a revogação do Novo Ensino Médio, com protestos, ocupações estudantis e greve de docentes, técnicos e estudantes; a desvalorização dos professores, tendo em vista que as reformas que não priorizam a valorização e formação contínua dos professores, impactando negativamente a qualidade do ensino;

É importante refletir criticamente sobre as desigualdades ao pensar as reformas do Ensino Médio, pois as mudanças pelas questões de desigualdade socioeconômica e regionais podem agravar disparidades educacionais, tendo em vista os vários contextos e diversidades do Brasil, o que pode resultar em limitar o acesso à educação de qualidade para certos grupos de estudantes.

2. 2. A PRESENÇA DA FILOSOFIA NO CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Neste tópico, as reflexões e discursões se pautam na perspectiva de análise da presença da filosofia dentro do currículo do novo ensino médio, tendo como parâmetro a emancipação dos estudantes, além de pensar as concepções filosóficas para fundamentar a proposição a serem implementadas no contexto escolar, avaliando também quais métodos e estratégias de ensino podem ser viáveis ao ensino de Filosofia na Educação Básica.

A LDB de 1996 vem determinar que, no final do ensino médio, os alunos tenham domínio dos conhecimentos filosóficos e sociológicos necessários para o exercício da cidadania. No entanto, é sabido que na atualidade e ao longo da história da filosofia no currículo da educação básica no Brasil, vem sendo debatido a inclusão obrigatória da disciplina de filosofia nas séries do ensino médio. Portanto, é importante fazer uma abordagem que trilhe o percurso histórico e político no qual a disciplina ganha obrigatoriedade expressa na Lei 11.684 de 2 de junho de 2008, impressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A Filosofia está integrada à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de ampliar e aprofundar aprendizagens essenciais para uma educação ética. No ensino público do Amazonas, a disciplina em questão é cursada apenas no ensino médio, etapa final

da Educação Básica que, segundo a BNCC é um direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro, contudo, aponta o cenário educacional com alguns gargalos frente a esse direito:

“Todavia, a realidade educacional do País tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. Entre os fatores que explicam esse cenário, destacam-se o desempenho insuficiente dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a organização curricular do Ensino Médio vigente, com excesso de componentes curriculares, e uma abordagem pedagógica distante das culturas juvenis e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 461).”

Os fatores destacados como o desempenho insuficiente dos alunos, o excesso de componentes curriculares e a abordagem pedagógica que não se aproxima da realidade dos estudantes, são extensões de um currículo engessado e, apesar da BNCC favorecer a centralidade do currículo, nem sempre há possibilidade de um debate sobre ele, numa perspectiva prática de formação para a inserção política de protagonismo diante da realidade de tantos jovens.

Vale lembrar que a educação como afirma Freire (1996) é uma forma de intervenção no mundo, aspecto muito significativo para a prática do educador sendo de suma importância essa consciência, partindo do pressuposto de que no processo educativo do sujeito não há neutralidade. Assim, é notório a complexidade da educação e a sua interferência no mundo e, ao mesmo tempo, sensível e exigente, ou ao menos, deveria ser: “outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (1996, p. 61).

Portanto, é fundamental reinventar propostas de intervenção para a promoção de diálogos que possibilitem uma participação política e uma reflexão mais ampla, reflexiva e objetiva da realidade, desencadeando o senso crítico para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes pela filosofia política.

Tendo em vista a temática central do presente estudo e partindo da perspectiva de pensar a Filosofia Política e a Educação em Aristóteles: contribuição para a formação democrática do educando no ensino médio, é importante dar destaque às diretrizes – que mesmo indiretamente – podem estar voltadas ao campo da filosofia política para refletirmos o processo educativo de formação dos jovens do ensino médio.

Assim, discutiremos a partir do quadro abaixo, quatro de dez competências gerais da educação básica, sendo que as duas primeiras, estão intrinsecamente ligadas ao campo macro da filosofia.

Quadro 2 – Competências Gerais da Educação Básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas

06. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

08. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Quadro elaborado pelo autor

Tomando a primeira competência como objeto de análise, diz respeito ao conhecimento e nela, pode ser observado a preocupação com os saberes

construídos no processo histórico contínuo da humanidade e, que vão além do conhecimento academicista, estabelecendo um parâmetro com a própria experiência vivida pelos povos como parte da construção de uma sociedade mais participativa e melhor. Pode-se notar a ênfase dada às tecnologias do mundo digital, uma realidade cada vez mais presente no cotidiano dos dias atuais.

Elemento que dialoga diretamente com a perspectiva freiriana. Na obra *Pedagogia do Oprimido*, o filósofo da educação chama atenção para valorização dos saberes em sua diversidade, levando a pensar a postura do educador frente aos saberes de experiência e dos saberes socialmente construídos por meio das relações culturais e históricas dos educandos (FREIRE, 2018).

A segunda dimensão está voltada para o conhecimento científico, crítico e criativo, expresso na competência 2. Claramente, não foge do que é peculiar da filosofia, bem como de sua natureza enquanto forma de saber, investigativa. É importante salientar que a filosofia tem um papel significativo na formação dos discentes. Trata-se, sobretudo, de uma busca constante de conquista por cidadania, que se torna também papel da escola e dialoga com a competência de número 6.

É necessário que os contextos político, social e pedagógico sejam espaços para que se difunda a cidadania na escola, visto que, é a partir da convivência dentro de cada espaço, com suas particularidades que se vivencia e consolida-se a cidadania, gerada a partir de um viés democrático e promotor de autonomia e emancipação. A educação deve, sobre esses aspectos, promover recursos para resolver situações complexas do cotidiano e a filosofia é fundamental.

Vale lembrar que a educação, como afirma Freire (1996), é uma forma de intervenção no mundo. A educação visa formar pessoas capazes de atuar positivamente na mudança do mundo. Dessa forma, a educação é entendida como um instrumento a serviço da democratização. Essa característica é contemplada na competência 10.

Em relação às competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio, as de número 5 e 6 são as que melhor se relacionam com a proposta para o trabalho propositivo.

Quadro 3 – Competências Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Quadro elaborado pelo autor

São estabelecidos pontos relevantes, como a adoção de princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos, onde no campo da filosofia vários desses elementos fundamentam os princípios da base aristotélica ao pensar uma sociedade para o bem comum. Se destaca ainda, o exercício de reflexão como parte integrante na construção do pensamento filosófico e para o exercício da cidadania.

A segunda competência expressa no quadro 2, traz em sua proposta a pretensão de tratar da linguagem política, a partir dos diversos modelos e doutrinas políticos, mostrando como os termos passaram por mudanças ao longo da história, num exercício contínuo de interpretação e reflexão dos processos históricos, aspecto relevante para o saber filosófico e que está intrinsecamente ligada à proposta prática propositiva desta pesquisa.

No que tange às habilidades da BNCC, daremos ênfase às seguintes, como demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Habilidades

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens.

Quadro elaborado pelo autor

Fica explicitado no quadro 4 a intenção do Documento em ampliar as habilidades dos jovens para uma compreensão de política pelos conceitos sistematizados ao longo dos processos históricos. Contudo, o currículo da educação básica, no que tange às discussões da filosofia política, nem sempre leva os jovens a uma formação para a inserção na sociedade de protagonismo que, diante da realidade de tantos jovens de escolas públicas, é mais que necessário.

Portanto, é fundamental reinventar propostas de intervenção que garantam a promoção de diálogos e que possibilitem uma participação política, ativa e crítica sobre a realidade, desenvolvimento da autonomia dos estudantes pela filosofia política.

Na obra intitulada Documentos de identidade - Uma Introdução às teorias do currículo, apresenta um mapa dos estudos sobre currículo desde sua origem, onde Silva (1999) explicita que o currículo é concebido como um procedimento de sistematização dos resultados educacionais, os quais são cuidadosamente

especificados e mensurados de forma rigorosa. O modelo institucional dessa perspectiva de currículo é a fábrica (SILVA, 1999).

De acordo com a teoria marxista, o trabalho é entendido como um processo entre o Homem e a Natureza, sendo então, responsável por fundamentar a sociedade humana e produz ainda, valor de uso, sendo

um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural como forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza” (MARX, 2002, p. 142).

É de suma importância direcionar uma reflexão que aborde a perspectiva de trabalho proposta por Marx, bem como o conceito subjacente a esse elemento, considerando-o como uma das principais finalidades do Currículo da Educação Básica. Essa ideia subjacente pode ser, por exemplo, a valorização do trabalho como uma forma de emancipação social ou a perspectiva crítica em relação às relações de trabalho no sistema capitalista.

Outra questão também pertinente volta-se para pensar o papel do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas que, vale ressaltar, está sujeito a modificações em função da política de desenvolvimento adotada por ele. Isso significa que as ações e intervenções do Estado para promover o bem-estar social, desenvolvimento econômico, entre outras ideias que cabe a esse aparelho, são moldadas e influenciadas pela abordagem política adotada pelos governos.

A atualidade é marcada por um período histórico de predominância de princípios e políticas neoliberais em muitas partes do mundo. O neoliberalismo sendo uma corrente de pensamento econômico e político que enfatiza a redução do papel do Estado e que prioriza o livre mercado, o papel do Estado como gerador de políticas públicas tende a ser mais limitado, e se tratando da educação, com as imposições do mercado, entra em risco a própria cidadania.

2. 3. A FILOSOFIA NO CURRÍCULO DO AMAZONAS

O ensino médio tem uma trajetória carregada de resultados pouco satisfatórios equivalentes a esta etapa. Fato este que levou o Governo Federal a buscar várias estratégias para reverter esse cenário, buscando mecanismos que apontassem uma nova questão curricular ou mesmo, uma nova arquitetura e que, assim, flexibilizasse ações nas escolas e direcionasse ao aprendizado significativo dos estudantes, revertendo o contexto do ensino médio.

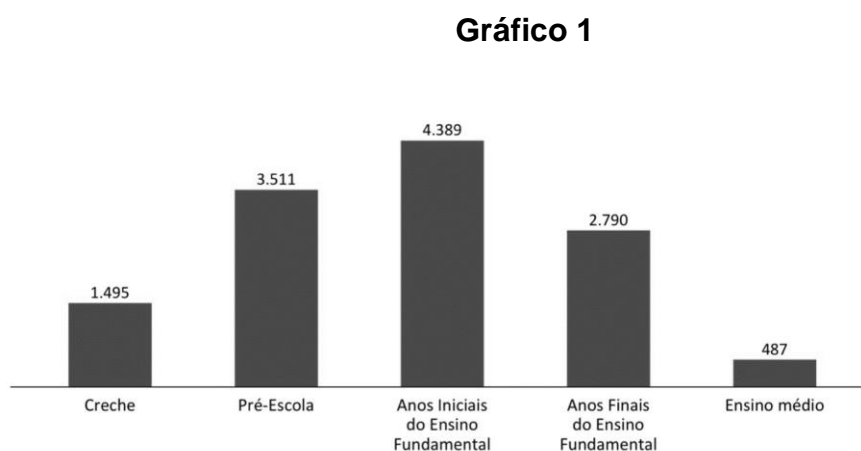
O Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio (RCA-EM) foi desenvolvido pela equipe do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC, Portaria MEC nº 331/2018, ocorrendo no Amazonas por meio do Processo Seletivo Simplificado de Bolsistas – Edital nº 02/2019, onde os selecionados atuaram como Redatores Formadores de Currículo – Ensino Médio. O RCA-EM é a continuidade de mudanças resultantes do Referencial Curricular Amazonense – Etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, tendo como base de sua escrita os marcos legais vigentes.

Sua apresentação estrutural do currículo está dividida em cinco partes, a primeira, apresenta em linhas gerais o Texto Introdutório, a base conceitual acerca das concepções das Redes de Ensino, os princípios norteadores; a segunda corresponde à Formação Geral Básica, a progressão desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, as Áreas de Conhecimento, os componentes e os organizadores curriculares; a terceira parte apresenta os Itinerários Formativos com os objetivos, os eixos estruturantes e os focos pedagógicos; a quarta, apresenta as Modalidades e as Especificidades do Ensino Médio; a quinta, traz as Orientações para a Implementação do currículo, com as concepções didático-pedagógicas, a avaliação e com a formação de professores.

É importante destacar um tópico do documento intitulado *atendimento dos estudantes de Ensino Médio no Amazonas*, que apresenta um panorama da disposição das escolas por municípios no Estado do Amazonas, com enfoque no ensino médio, onde são utilizados dados do Censo da Educação Básica até 2019, aspecto que evidencia uma desproporção significativa entre os anos finais do ensino

fundamental e o ensino médio nas ofertas de etapa de ensino, que apresenta o número de apenas 477 escolas.

Analisando essa mesma informação, do número de escolas por oferta de etapa de ensino no Amazonas para as séries finais da Educação Básica, mas com dados atualizados de 2021, tem-se uma crescente muito insignificante, uma vez que todas as outras etapas também se ampliaram expressivamente, como mostrado no gráfico 1 que apresenta resultados do Censo Escolar da Educação Básica pelo INEP:



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

É preocupante essa estrutura oferecida pelo Estado, tendo em vista o número de estudantes o que, por vez, acarreta uma gama de outras problemáticas. De ordem física, podemos apontar as superlotações das salas de aula que é uma realidade muito presente nas escolas do estado do Amazonas, principalmente em se tratando das que estão localizadas nos centros urbanos da capital, algumas salas chegam a ultrapassar o número de 45 alunos, dificultando a atividade docente e o acompanhamento mais de perto dos professores em relação às atividades desenvolvidas, baixando o próprio rendimento da turma.

Esse fator é ampliado quando os professores se deparam com estudantes que apresentam déficits de aprendizagem, o que não é uma particularidade fora da realidade, principalmente relacionado as primeiras séries do ensino médio, quando muitos dos estudantes chegam nas escolas sem saber ler e escrever, carência

desdobrada ao longo de anos iniciais, pautadas em altos índices ou nas aprovações massivas.

O Referencial Curricular Amazonense do Ensino Médio (RCA-EM) na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que corresponde aos componentes curriculares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, apresenta uma estrutura organizada em torno de seis competências específicas e um total de quarenta e seis habilidades, vale ressaltar que todo redirecionamento está correlacionado com as Competências Gerais da BNCC. Destas habilidades, catorze foram concebidas de forma exclusiva para atender às demandas específicas do estado do Amazonas, sendo identificadas pela sigla "AM" ao final do código alfanumérico correspondente.

Além disso, o RCA-EM na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é composto por seis unidades temáticas, cada uma abrangendo um conjunto de conhecimentos e conceitos relevantes. Complementando essa estrutura, são estabelecidos seis objetos de conhecimento que abordam áreas específicas, os quais são acompanhados por detalhamentos de objetos por componente curricular, visando aprofundar o entendimento e a aplicação desses objetos dentro do contexto do ensino e aprendizagem nessa área.

Os três quadros abaixo, são resultado de uma leitura analítica na qual buscamos apresentar o detalhamento do Objeto de Conhecimento da disciplina de Filosofia disposto no Organizador Curricular da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Seduc – AM:

Quadro 5 – 1ª SÉRIE

DETALHAMENTO DO OBJETO DE CONHECIMENTO/COMPONENTE CURRICULAR DE FILOSOFIA

- Ética e moral na história da(s) Filosofia(s): os diferentes modos de ser do sujeito ético nos diferentes tempos e lugares.
 - Modos de ser do sujeito ético: O sujeito, a verdade, o si mesmo (Self), a amizade, o amor, o Erotismo, a cidadania, a religiosidade, a teleologia, a criatividade e sua relação com a natureza.
 - Justiça e reconhecimento
-

-
- Cidadania e Direitos Humanos
 - Responsabilidade ética e liberdade de expressão
 - Ética e alteridade: reflexões a respeito do outro, da pluralidade de pensamento.
 - Política: Engajamento e militância na transformação da sociedade.
 - Política e a construção do bem público comum.
 - As principais ideias que constituem o pensamento e a prática democrática na sociedade contemporânea.
 - Os caminhos da construção da democracia;
 - Estado Democrático de Direito e a legitimidade do poder.
 - As organizações internacionais e sua função cooperativa no mundo.
 - Autonomia à determinação das comunidades quilombolas, indígenas e mestiças.
 - Os caminhos da construção da democracia;
 - Estado Democrático de Direito e a legitimidade do poder.
 - As organizações internacionais e sua função cooperativa no mundo.
 - Autonomia à determinação das comunidades quilombolas, indígenas e mestiças.
 - Diversidade de formas de exercício do poder na diversidade de culturas.
 - A diversidade da organização política dos povos indígena, africanos e afrodescendentes no Brasil e no Amazonas.
 - Teorias democráticas e os direitos humanos: justiça, igualdade e fraternidade, exclusão e inclusão;
 - Feminismo e teoria política;
 - Racismo e Estado;
 - Justiça social;
 - Diferentes sentidos e objetivos das ações, de ontem e de hoje, das organizações nacionais e internacionais na Amazônia.
 - As diferentes formas de fazer política e as práticas da violência.
 - Diferentes tipos de direitos: Humanos, sociais e políticos.
 - Xenofobia, dinâmica migratória, refugiados, desigualdades étnicas e raciais, diversidade sexual e gênero, minorias. Os princípios éticos da liberdade, cooperação, autonomia, empoderamento, convivência democrática, solidária e fraterna.
-

Quadro elaborado pelo autor

Quadro 6 – 2ª SÉRIE

DETALHAMENTO DO OBJETO DE CONHECIMENTO/COMPONENTE CURRICULAR DE FILOSOFIA
--

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Poder e violência. - Poder, direito e verdade em Foucault. - O macro e os micros poderes. - Filosofia Política: Relações entre sociedade, informação e poder; - Liberdade e igualdade política; - Linguagem e ética nas redes sociais. - Questões de fronteiras: natureza e cultura, Totalitarismo e Democracia civilização e barbárie, tempo e memória, esfera pública e privada, cidadania formal e/ou participativa, - Relações de poder e desigualdades sociais: os invisibilizadas na sociedade; |
|--|
-

-
- O universal e as singularidades: Políticas de ações afirmativas e o problema de fronteiras;
 - Orientalismos e ocidentalismos, extremismos e liberdades individuais/consensos;
 - Guerras e Conflitos por motivação religiosa.
 - As novas territorialidades: do direito individual à propriedade privada à justiça social (terra Indígena, quilombola, unidades de conservação, ocupações e assentamentos.)
 - Problemas filosóficos sobre o ser e o agir das juventudes;
 - Atuação política e resistências nas diferentes artes: grafite, pichações, música...
 - Ativismo político das juventudes: esporte, nas causas sociais, ambientais.
 - Juventude estendida/ prolongada.
 - Direito do cidadão ao respeito e à diversidade de pensamento e crença.
 - Direito do cidadão ao respeito e à diversidade de pensamento e crença.
 - Filosofia da arte: reflexões sobre as manifestações artísticas dos diversos povos amazônicos. alteridade, multiculturalismo e relativismo cultural, gênero e sexualidade, raça e etnia.
 - Preconceito, discriminação, diversidade e minorias.
 - Diferentes tipos de preconceitos e discriminações no Brasil (físico, sexual, étnico-racial e religiosa).
 - Ação de engajamento político das diferentes juventudes.
 - Valores Humanos: liberdade, solidariedade, igualdade, equidade e singularidade.
 - Preconceito, discriminação, diversidade e minorias.
 - As diferentes juventudes no Brasil e no Amazonas.
 - Ação de engajamento político das diferentes juventudes.
 - O saber negro e sua contribuição para a cultura amazônica: oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, memória, ancestralidade, cooperativismo e ludicidade.
 - O saber indígena unidade com a natureza, valorização do ancião, cooperação, partilha, Unidade entre crença, vida e conhecimento.
 - Diversidade étnico cultural no Brasil e no Amazonas.
-

Quadro elaborado pelo autor

Quadro 7 – 3ª SÉRIE

**DETALHAMENTO DO OBJETO DE CONHECIMENTO/COMPONENTE CURRICULAR
DE FILOSOFIA**

- Poder e violência.
 - Poder, direito e verdade em Foucault.
 - O macro e os micros poderes.
 - Filosofia Política: Relações entre sociedade, informação e poder;
 - Institucionalização e responsabilidade do Estado para as práticas sustentáveis.
 - Trabalho e as relações humanas na formação da sociedade
 - Política e sua influência no trabalho e na justiça social.
 - A dimensão do cuidado humano: a relação ser humano X natureza.
 - Ética, política e meio ambiente: desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e da diversidade de espécies
 - É dever de proteger, preservar e desenvolver: O meio ambiente na Constituição de 1988 e legislações complementares.
 - Política nacional de meio ambiente.
 - Planeta Terra casa comum.
 - Os diferentes sentidos de sermos uma única espécie com diferentes jeitos de ser/viver/ conviver.
 - A terra direito de todos.
 - Propriedade privada limites e problemáticas.
 - O Estatuto do homem;
 - Filosofia e natureza: reflexões sobre o sentido de pertencimento amazônico.
-

-
- Os valores humanos: Solidariedade, justiça, paz, partilha e equidade social
 - Economia, capital, produção e desenvolvimento.
 - Problemas humanos: Fome, Miséria, moradia, trabalho, emprego e terra.
 - Direitos Humanos e Desigualdade.
 - Ética e as relações sociais fronteiriças.
 - As relações de trabalho e papel da “mercadoria”.
 - Trabalho e dignidade humana
 - Diversidade, trabalho, emprego e renda
 - Economia e trabalho nas concepções socialista (Marx), capitalista e liberal.
 - Criatividade humana e as novas tecnologias.
 - Desenvolvimento e desigualdade social.
 - Revolução
-

Quadro elaborado pelo autor

O conjunto de quadros engloba de modo individual as três séries do ensino médio, com foco específico nos conteúdos que dizem respeito e integram de algum modo à Filosofia Política. O objeto de conhecimento detalhado, como descritos acima, estão distribuídos ao longo dos quatro Bimestres do ano letivo, ficando a cargo do professor trabalhá-los ao longo das aulas.

Podemos de antemão perceber que há uma sequência larga de material a ser desenvolvidos e, certamente válida, porém, levando em consideração a realidade da disciplina de Filosofia no Currículo, é impossível aplicar todo esse aparato teórico, visto que, temos uma aula semanal de 48 min, tendo ainda uma dinamicidade muito provável de interferências, como feriados, eventos na escola e, em se tratando de algumas realidades no Amazonas, muitas vezes a falta de energia elétrica, sendo suspensa as aulas.

Outra questão que podemos observar é a busca pelo aspecto da contextualização do conteúdo programático e o pouco aparecimento dos teóricos e teorias políticas mais direcionadas. Quando buscamos, por exemplo, por um teórico político no campo filosófico, encontramos apenas o filósofo Michael Foucault (1926 – 1984), direcionado a questão do *Poder, direito e verdade; O macro e os micros poderes e Filosofia Política: Relações entre sociedade, informação e poder*; distribuído como objeto de conhecimento apenas da 2ª série. A questão que levantamos aqui é que o programa de disciplina corresponde ao planejamento do trabalho a ser desenvolvido durante o ano letivo, portanto, é importante que ele comporte a realidade.

Não estamos a defender a ideia da criação de manuais tradicionais, que reduzem a filosofia ao pensamento histórico, porém reconhecemos a importância

didática da história da filosofia, desde que haja espaço para um diálogo aberto, crítico e democrático, como se espera do filosofar.

2. 4. POSTURA POLÍTICA COMO PROJETO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER

A inclusão da filosofia política no currículo escolar é fundamentalmente importante, sendo essencial para formar cidadãos críticos, conscientes e protagonistas, atuando diretamente na sociedade, capacitando os estudantes a compreenderem e analisarem os sistemas políticos e sociais atrelados à vida cotidiana. Nessa perspectiva é crucial pensar a construção da postura política como projeto de democratização do saber que impacta diretamente na formação dos estudantes.

Quando abordamos a temática da política no contexto escolar, vale ressaltar que essa discussão não se restringe, necessariamente, à esfera política partidária valorativa, haja vista que esta demanda um espaço apropriado e específico para sua deliberação. A escola, portanto, enquanto ambiente propício, desempenha uma função abrangente ao zelar pela qualidade de vida e pelo bem-estar coletivo de seus membros, assim como da comunidade na qual se insere. Nesse sentido, é fundamental compreender que, dentro da instituição escolar, a política, desprovida de qualquer inclinação partidária, deve ser considerada como um componente inerente e protegido pela Constituição, fazendo parte integrante do currículo educacional.

Para Freire (2001), a democracia, a liberdade e a autonomia são fenômenos inter-relacionados que se configuram como processos coletivos, requerendo a presença do respeito mútuo e do diálogo entre os participantes envolvidos nessa trajetória. Esses processos desempenham um papel essencial na busca pela plena humanização do ser humano, evidenciando sua inerente vocação para o desenvolvimento de uma condição existencial mais elevada.

Diante da atual tendência à restrição da participação cidadã, à marginalização de certos grupos sociais e à supremacia dos interesses comerciais, é crucial retomar as ideias de Freire. Abrindo espaço para a reflexão crítica, o pensador enfatiza a

importância da conscientização política, do diálogo horizontal e da prática dialógica como instrumentos para o fortalecimento da democracia e a busca por uma sociedade mais justa.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001, p. 25).

Lutar por esse sonho é sem dúvida desafiador, mas uma das possibilidades de caminhar na contramão desse sistema de injustiça e desigualdades provocadas por ideologias de práticas neoliberais, se firmam no viés democrático do vivenciar da práxis. De modo que, a escola não tem a prerrogativa de assumir o papel de orientadora do modo como a vida deve ser vivida, mas esta deve apresentar às crianças o mundo, ensinar “um mundo”.

Assim, o próprio papel do professor de filosofia em sala deve ser refletido, partindo do pressuposto que sua função não reside em ser produtor de um discurso original, mas sim, tornar a filosofia um saber ensinável que produza nos alunos a autonomia para a reflexão e criticidade.

É importante salientar que a filosofia tem um papel significativo na formação dos discentes. Trata-se, sobretudo, de uma busca constante de conquista por cidadania, que se torna também papel da escola, vejamos:

Todo processo educativo deveria ter como pressuposto facilitar a ampliação da cidadania. O conhecimento e os saberes precisam ter uma relação significativa com a vida dos sujeitos educativos. Educação que não contribua para uma melhor qualidade de vida tende a perder o sentido. Educação para cidadania exige pensar a vida em sociedade e refletir sobre o mundo (SILVA. 2007, p. 16).

Assim, fica entendido que o contexto político, social e pedagógico é fundamental para que se difunda a cidadania dentro da escola, visto que, é a partir da convivência dentro de cada espaço, com suas particularidades que se vivencia e consolida-se a cidadania, gerada a partir de um viés democrático e promotor de autonomia e emancipação. A educação deve sobre estes aspectos promover recursos para resolver situações complexas do cotidiano e, nesse ponto, a filosofia é fundamental.

Vale lembrar que a educação, como afirma Freire (1996), é uma forma de intervenção no mundo. Esse aspecto é muito significativo para a prática do educador sendo de suma importância tal consciência, partindo do pressuposto de que no processo educativo do sujeito não há neutralidade. Assim, é notório a complexidade da educação e a sua interferência no mundo e ao mesmo tempo, sensível e exigente, ou ao menos, deveria ser: “outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo” (1996, p. 61).

A educação tem como objetivo formar pessoas capazes de atuar positivamente na mudança do mundo. Dessa forma, a educação é entendida como um instrumento a serviço da democratização, de modo que, contribui com vivências comunitárias dos grupos sociais, no diálogo e forma pessoas participantes e autônomas

“a autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não” (1996, p. 107).

É necessário compreender qual o papel do ensino de filosofia como resposta a essa problemática e, como o professor pode mediar esse processo e para tanto, faz-se necessário reinventar propostas de intervenção para promoção de diálogos que possibilitem uma participação política e uma reflexão mais ampla, reflexiva-crítica e objetiva da realidade, desencadeando o senso crítico para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes pela filosofia.

Diante disso, o que deve ser proposto com o ensino de filosofia é a constante dialética do esclarecimento, propondo uma contínua reflexão sobre o mundo e as problemáticas do cotidiano, não se detendo apenas e simplesmente em interpretações teóricas e descontextualizadas, mas buscando uma práxis efetiva.

CAPÍTULO 3 – OS ESTUDANTES E OS ENTENDIMENTOS DA POLÍTICA

3. 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DE ANÁLISES

Para o processo de investigação social é importante inicialmente estudar e compreender o método científico que se adequa à pesquisa, de modo a dar credibilidade às informações propostas. Severino (2007) demonstra que o método científico é um elemento crucial do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, como também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como ele aponta em outros campos de saber, como a filosofia, a arte e a religião: “trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos” (SEVERINO. 2007, p. 128).

Partindo da linha de pesquisa Prática do Ensino de Filosofia, o desenho da investigação foi construído a partir do tema deste estudo “O sentido da política em Aristóteles para a formação democrática do educando no ensino médio”. O que levou o pesquisador a pensar a política para a democracia parte da compreensão de que se trata de uma temática que abrange todos os cenários e épocas por ser algo essencial para o desenvolvimento evolutivo das sociedades, e, ainda assim, tais discussões tem sido negligenciadas nos espaços escolares dificultando a aproximação dos alunos no ambiente escolar, devido, principalmente, ao interesse de manter os estudantes sem autonomia e protagonismo e excluídos de pensar os desdobramentos e interferências dos processos políticos. Tal problemática foi o que impulsionou o pesquisador para o desenvolvimento desta investigação.

No que se refere ao tipo de pesquisa, será de campo, tendo como característica a observação direta e participante que, segundo Severino (2007), o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos que se apresentam, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados. Desse modo, o pesquisador participa ao longo do desenvolvimento da pesquisa, colocando-se ainda na postura de identificação e interação com os pesquisados, acompanhando as ações, observando os sujeitos e as situações vividas, registrando descritivamente os fenômenos observados, além de análises e considerações.

Em relação aos objetivos da pesquisa, serão exploratórios e descritivos, a partir da coleta de dados. Inicialmente, o trabalho irá desenvolver um estudo teórico e reflexivo por meio da pesquisa bibliográfica refletido a forma como os gregos antigos se relacionavam com a política e enxergavam a *pólis* à luz da filosofia aristotélica.

No que diz respeito a coleta de dados, utilizaremos na construção do projeto um questionário estruturado de autoavaliação, no qual colheremos informações dos sujeitos da pesquisa com respostas mais facilmente categorizáveis para uma análise e interpretação mais reflexiva, que segundo Severino (2007, p. 125):

São aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Levando em consideração que o guia de entrevista é um instrumento importante de verificação, como intuito de esclarecer os objetivos específicos da pesquisa, buscaremos com as perguntas envolver o total de trinta e oito (38) alunas e alunos da 2ª série do Ensino Médio regular da Escola Roderick de Castello Branco, pertencente à rede pública estadual de Manaus – AM. Desse modo, o fato desta pesquisa ser resultado de uma prática realizada durante as aulas de filosofia como atividade didático-pedagógica, não será necessária ser levada ao Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa.

Quanto à estrutura metodológica e à forma como iremos analisar as informações coletadas para a pesquisa, amparamo-nos na abordagem qualitativa que, segundo Gil (2010, p. 35), “basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.” Na investigação qualitativa, busca-se “aproximar as pessoas com o intuito de compreender a situação problemática e ajudar aos envolvidos na solução

da mesma” (Alvarenga, 2019, p.51). Além disso, isso acontece normalmente dentro de um ambiente natural, onde se encontram os vários indivíduos envolvidos no estudo, a fim de obter um conhecimento profundo do fenômeno estudado, assim, são realizadas descrições detalhadas dos desdobramentos e possibilidades que se encontram os sujeitos estudados na pesquisa para obter-se os resultados esperados.

No que concerne ao método de procedimento que amparará a pesquisa, será o etnográfico que segundo Fontana (2018), permite uma observação direta dos fenômenos, para que se identifique e descreva as suas características, mostrando-se como um método de bastante eficácia:

Um método bastante eficiente quando se procura compreender a dinâmica de grupos sociais e precisa-se de informações qualitativas para poder proceder à análise e interpretação destas informações, com vistas à esclarecer aspectos levantados pela questão de pesquisa e, eventualmente, pelas hipóteses previamente estabelecidas. (p. 57)

Quanto ao raciocínio textual optamos pelo hipotético-dedutivo, que diante das problemáticas apontadas no projeto, levantaremos também hipóteses como soluções. A partir disso, caberá a esta pesquisa verificar, confirmar ou refutar tais hipóteses, dando validade e precisão para o trabalho.

No que se refere ao método epistemológico da investigação científica, ampararemos-nos no método histórico-dialético. De acordo com Triviños (1987), no que se refere ao materialismo dialético, busca-se realizar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Já o materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo e se constitui no estudo das leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Assim, o método histórico-dialético tem como premissa central a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados, tais quais eles verdadeiramente são na prática, visando entender os aspectos que venham caracterizar o desenvolvimento das forças que movimentam a sociedade.

3. 2. OFICINAS PROPOSTAS COMO RECURSO PRÁTICO-PROPOSITIVO

Quando se pensa em uma ideia de laboratório, a proposta transcende o conteúdo de filosofia presente nos livros e currículos escolares, permitindo a aplicação de uma perspectiva filosófica à experiência do estudante adquirida, inclusive, fora dos muros da escola, ao mesmo tempo que valoriza suas habilidades e potencial de atuação no âmbito da filosofia.

No Capítulo 1º do Regulamento do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), o programa de Pós-Graduação é apresentado como curso de mestrado na modalidade profissional e como público-alvo professores de Filosofia na Educação Básica. Fazendo necessário esclarecer a diferença entre o programa ser profissional e não acadêmico, o que se deve principalmente ao fato do mestrado profissional apresentar uma prática-propositiva de intervenção a ser incutida no contexto da práxis com objetivo de melhorias da qualidade da docência e na formação filosófica e pedagógica, como também reafirmado no artigo 5º do Regulamento: “A finalidade do PROF-FILO é a melhoria da qualidade da docência em Filosofia na Educação Básica, oferecendo aos profissionais admitidos uma formação filosófica e pedagógica aprofundada voltada para o exercício da docência da Filosofia, em especial no Ensino Médio”.

3. 3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como metodologia, desenvolveram-se rodas de conversa em sala de aula com a temática Filosofia Política por meio de uma Sequência Didática (SD) que, segundo Zabala (1998, p 18), auxiliam no processo de ordenação e organização das atividades atendendo aos objetivos propostos, com a “[...] realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos estudantes”, norteando, assim, o desenvolvimento desta prática propositiva para a apropriação dos conceitos políticos na perspectiva filosófica, a fim de despertar e aproximar os alunos da temática em questão com

dinamismo e sem perder o caráter crítico-reflexivo, entendendo a ampla dimensão de sua relevância.

As rodas de conversa, desenvolvidas com as turmas das 2ª séries do Ensino Médio, envolveu o total de trinta e oito alunas e alunos do ensino regular da Escola Roderick de Castello Branco, pertencente a rede pública estadual de Manaus – Amazonas. Trata-se de uma atividade proposta dentro do conteúdo programático da própria disciplina de Filosofia, desenvolvida ao longo do 2º Bimestre, atendendo às Habilidades e Competências da BNCC.

Ao final das rodas, propomos a produção de *podcasts*¹ buscando integrar ao material a ser produzido diretamente com os estudantes aos temas relacionados à política, partindo do pressuposto de que esse recurso digital pode ser usado como ferramenta didática e educativa.

Os meios para ouvir os podcasts são variados, podendo ser colocado em uma plataforma fixa como um *site* ou *blog*, ou mesmo nas novas plataformas de *streaming*, usando ferramentas de reprodução como *Spotify*, *Whatsapp*, *Telegran*, entre outras plataformas de mídia. A criação de um *podcast* é simples e bem dinâmica, o que nos fez pensar que estimularia os estudantes na produção e pela linguagem curta e simples que pede, reduziria a timidez aumentando a maior participação e apropriação da proposta e conseqüentemente, no êxito da prática.

3. 3. 1 TEMA

Rodas de Conversas Sobre Filosofia Política

¹ Um podcast pode ser definido como uma modalidade de conteúdo digital que engloba episódios de áudio que podem ser disponibilizados na internet para escuta e apreciação. Aproxima-se da estrutura de programa de rádio, porém, no *podcast* os ouvintes têm a liberdade de selecionar os conteúdos que desejam ouvir.

3. 3. 2 OBJETIVOS

Estabelecer uma proposta metodológica para o ensino de filosofia refletindo sobre a relação entre Filosofia Política e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Desenvolver rodas de conversa com seminários acerca da filosofia política com os estudantes que abordem categorias como: alienação, autonomia e emancipação nos espaços democráticos formativos como a escola.

Identificar e analisar as principais correntes filosóficas políticas;

Compreender o que é filosofia política e sua importância na compreensão das sociedades e sistemas políticos;

Criar *podcasts* com os estudantes, com temas relacionados à política, sendo ele um recurso digital a ser usado como ferramenta didática e educativa.

3. 3. 3 JUSTIFICATIVA

Trabalhar a filosofia política no ensino médio é extremamente importante e desafiador, seja pelas linhas divergentes dos filósofos que fundamentam tais teorias e suas complexidades, pela proposta curricular ou mesmo pelas metodologias utilizadas em sala de aula que tornam a temática incompreensível e algumas vezes desassociada da realidade dos estudantes, contudo, o tema em questão perpassa integralmente a vida de todo e qualquer indivíduo dentro de uma sociedade.

Desse modo, sabendo a urgência e os benefícios que a Filosofia Política pode agregar nos estudantes do ensino médio, propomos como estratégia prática propositiva diante dessa problemática, criar intervenções pedagógicas planejadas que auxiliem os alunos do ensino médio com debates filosóficos e, que promovam expressivamente o diálogo crítico acerca da Filosofia Política, tendo em vista as implicações nas interações sociais.

O principal problema que é ponto de partida para nossa prática propositiva deriva da questão de como é possível promover o protagonismo dos estudantes por meio da filosofia política e de quais maneiras esse protagonismo pode conduzi-los à autonomia e à emancipação.

3. 4. 4 METODOLOGIA

Existem muitos modos de organizar uma roda de conversa, seja por meio de um debate, um encontro, um evento, entre outros, contudo, a proposta adotada para as aulas sobre Filosofia Política se deu por meio de seminários e debates.

Quanto à metodologia adotada para o desenvolvimento de nossa prática propositiva, foram organizadas nas seguintes etapas:

Sensibilização

1º momento: Desenvolvida em uma aula de 48min, abordando de modo geral o tema Filosofia Política e apresentando os principais filósofos com suas respectivas teorias, sensibilizando os estudantes para a importância do tema, seus desdobramentos e implicações no cotidiano. Como material de apoio, utilizamos slides com charges, textos de apoio retirados de livros e recurso audiovisual, com pequenos vídeos que reforçaram o conteúdo.

Construindo

2º momento: A segunda etapa contou com uma aula de 48min, onde a turma foi dividida em grupos e sorteados, posteriormente, os temas dos seminários como os seguintes filósofos: Platão, Aristóteles, Thomas Hobbes, John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Hannah Arendt e Michel Foucault, formando, assim, oito grupos de estudo.

Os alunos também foram orientados que ao final das apresentações, deveriam produzir em conjunto três podcasts contextualizando os conteúdos dos seminários com o cotidiano, embasados na compreensão teórico-prática e filosófica.

Em comum acordo, decidimos que a produção seria de conjunto, ficando os três a cargo da turma.

Troca

3º momento: A etapa em questão diz respeito às apresentações dos grupos sendo conduzida ao longo de quatro aulas. Cada aula contemplou duas apresentações, com duração de quinze a vinte minutos cada. Após as apresentações, o restante do tempo de aula foi direcionado para a realização de perguntas, momento ímpar, ficando perceptível na maioria das vezes o interesse em levantar questionamentos, principalmente quando os grupos conseguiam estabelecer uma conexão clara entre as teorias apresentadas por eles com o cotidiano e a realidade, promovendo a interação entre os alunos e, conseqüentemente, uma compreensão mais aprofundada do tema em discussão.

Aproximando o cotidiano

4º momento: De acordo com o Artigo 5º do regulamento do Mestrado Profissional em Filosofia é necessário desenvolver um produto que tenha o potencial de aprimorar a qualidade do ensino de filosofia na educação básica. Assim, toda sequência acima relatada, é parte integrada de uma Sequência Didática (SD), que desenvolvemos dentro do conteúdo programático.

Em conjunto, a turma desenvolveu os três podcasts, intitulados: *Juventude e Política; Filosofia Política no Ensino Médio e Filosofia e Currículo*; estabelecendo diálogo com as teorias filosóficas estudadas em sala em paralelo com o cotidiano, de modo que os *podcasts* envolvam discussões, análises e reflexões sobre essas teorias filosóficas, visando aprofundar a compreensão das teorias ao aplicá-las a situações do dia a dia, criativamente e com dinamicidade.

3. 3. 5 AVALIAÇÃO

No que se refere a esse item da avaliação, foram considerados os seguintes critérios:

- Postura, clareza e uso formal da linguagem no momento das apresentações;
- Domínio sobre o assunto abordado;
- Recursos didáticos adequados (texto; figuras, tabelas; gráficos; fontes; slides; etc.);
- Organização e planejamento da apresentação;
- Observações criativas e participação nos debates;
- Tempo determinado para as apresentações (15 a 20min);

3. 3. 6 AUTOAVALIAÇÃO

Pensando em um mecanismo que pudesse fomentar a reflexão sobre a trajetória da formação dos alunos e a compreensão desse processo, após as rodas de conversa e discussões, foi aplicado um questionário de autoavaliação.

O Questionário de Autoavaliação composto por dez perguntas objetivas descritas na primeira pessoa com opção de respostas a partir de cinco alternativas, descritas da seguinte forma: discordo; discordo totalmente; neutro; concordo e concordo totalmente, como instrumento de coleta de informações para pensar a Filosofia e a sua práxis no que tange o Ensino de Filosofia Política no ensino médio, foi aplicado a 38 estudantes de uma turma da 2ª série do Ensino Médio.

3. 4. ANÁLISES E INTERPRETAÇÃO

Neste tópico de análises e interpretações, tomamos com base o questionário de autoavaliação aplicado em sala, bem como a construção teórica-metodológica que fundamentou a dissertação. A perspectiva é de que, através desse mecanismo, sejam indicados os pontos fortes e aponte a relevância da temática desenvolvida em sala, a aplicabilidade do tema na vida prática dos estudantes e aspectos que podem

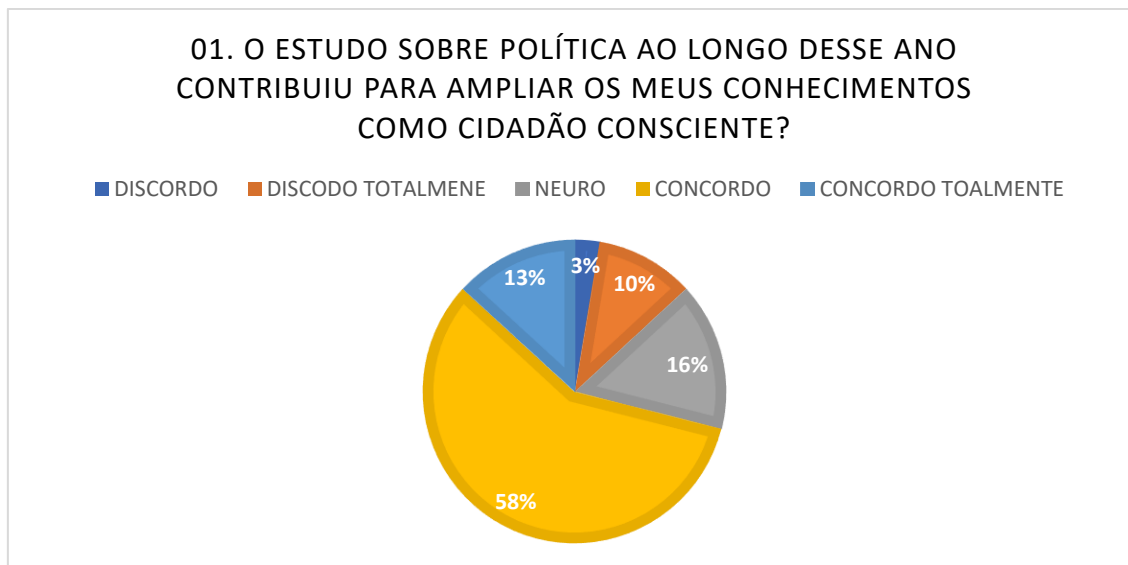
ser reavaliados, melhorados e ressignificados para a práxis do professor de filosofia, visando, assim, um ensino mais consistente e promotor da autonomia.

Utilizamos algumas categorias analíticas específicas do método que embasa esta dissertação para melhor fundamentar as análises críticas realizadas, entendendo que, elas estão presentes diretamente no problema aqui investigado, entre tais categorias temos: mediação, práxis, contradição e totalidade.

Conforme indicado no gráfico 2, a primeira pergunta buscou refletir sobre o impacto do estudo da Filosofia Política realizado ao longo do Bimestre, questionando se o estudo da Filosofia Política teve um efeito positivo no entendimento dos estudantes e se conscientizou-os sobre questões políticas.

Diante disso, mais de 70% dos alunos concordaram que houve, sim, uma ampliação de conhecimento, somados os que concordaram e os que concordaram totalmente. Porém, somados os 30% que responderam discordando, fica notório a contradição do Currículo que traz prerrogativas para a formação de um cidadão crítico e atuante, inclusive politicamente.

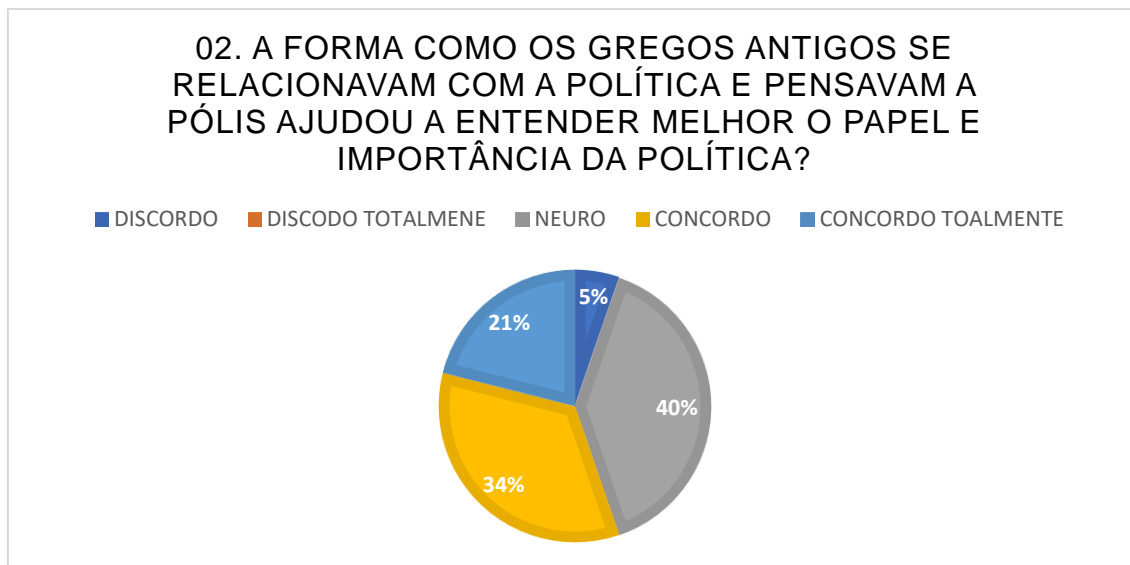
Observa-se também, um total de 13% que discordam, indicando não ter percebido um impacto positivo em sua conscientização cidadã por meio do estudo sobre filosofia política ao longo do ano. Esse fator é importante para refletir o Currículo, o conteúdo programático do ensino de filosofia, o tempo em que os estudos foram desenvolvidos, a didática do professor de filosofia com ênfase nas metodologias, material de apoio, entre outras questões.

Gráfico 2

Fonte: Elaborado pelo autor.

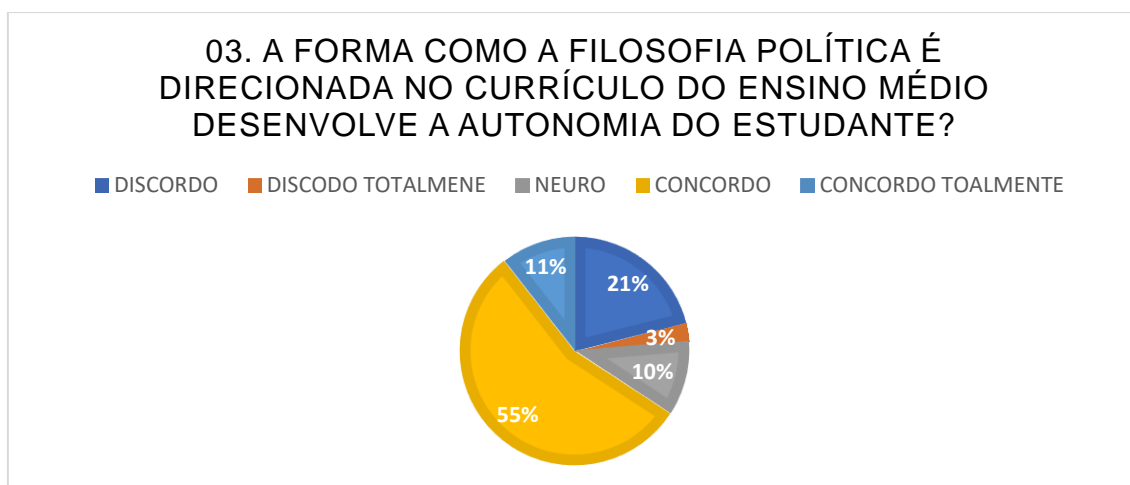
É possível constatar um agravante que dificulta o desenvolvimento e o sentido da presença da filosofia na escola, como reflete Cerlette (2009) ao discutir sobre o porquê ensinar filosofia, ressaltando a hora de lutar por espaço nos planos de estudo, que mesmo a filosofia tendo em sua bagagem histórica um passado sublime, hoje tem pouco valor quando se trata de decidir algumas horas nas grades curriculares, tempo que seria tão preciso para o desenvolvimento de aulas mais eficazes, tendo os profissionais da filosofia que disputar espaço com os especialistas de outras disciplinas que, por sua vez, reivindicam a necessidade e a importância prática dos próprios campos.

Conforme indicado no gráfico 03, a pergunta busca avaliar se o conhecimento adquirido a partir da análise da Política na Antiguidade grega enriqueceu a compreensão contemporânea sobre Política dos estudantes, seu significado e sua relevância. Nas respostas obtidas, foi perceptível uma grande divisão entre as três opções de respostas: discordo, concordo e neutro, levantando uma reflexão questionadora sobre a tendência dos estudantes em apontar a neutralidade, que somou 40%.

Gráfico 3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Buscando entender e avaliar se a forma como a filosofia política é ensinada no currículo do ensino médio contribui para o desenvolvimento da autonomia na perspectiva dos estudantes, conforme o gráfico 4, a pergunta quis saber se o ensino desse ramo da filosofia não apenas fornece conhecimento teórico, mas também promove a capacidade dos estudantes de pensar de forma independente, tomar decisões informadas e formar suas próprias opiniões sobre questões políticas.

Gráfico 4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse número é muito significativo frente a realidade escolar com todos os percalços e desmontes e, certamente, cumpre parte do objetivo da disciplina de Filosofia em sala de aula tendo em vista a própria natureza da atividade filosófica, por meio da característica reflexiva. Vale ressaltar que a autonomia intelectual e o pensamento crítico se formam dentro de um processo contínuo e que necessita de cuidados, como afirma Rodrigo (2009):

Mas a autonomia, ou capacidade de conduzir-se por conta própria, em nenhum aspecto é dada ao homem de imediato. Ele nasce extremamente dependente dos cuidados de outros, para que possa sobreviver: deve construir, passo a passo, sua independência aprendendo a caminhar, a alimentar-se e as demais habilidades necessárias aos cuidados de si próprio. [...]. (p. 24)

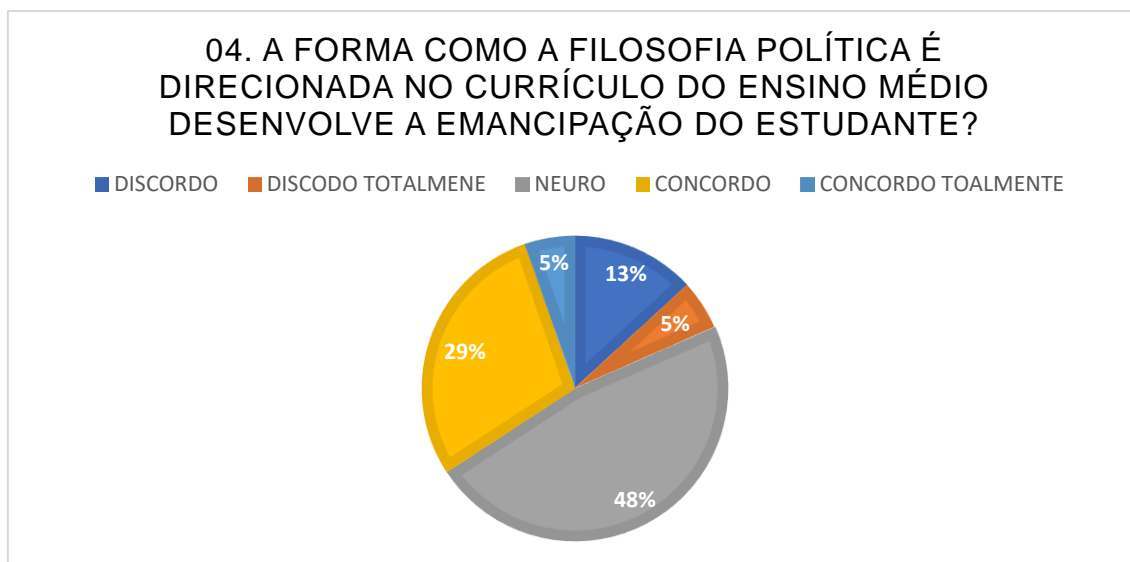
Importante esclarecer também que, em se tratando do campo da filosofia, o alcance da autonomia se dá para além do conhecimento de acumulado de conteúdos filosóficos, para Rodrigo (2009) a autonomia deve estar atrelada a outros elementos também, aliada à apropriação de um método de acesso a esse conhecimento que leve esse estudante a apropriar-se de outros conteúdos por conta própria e, progressivamente. “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas” (FREIRE, 2005, p. 120).

A quarta pergunta, expressa no Gráfico 05, questiona se a forma como a filosofia política é direcionada no ensino médio contribui para o desenvolvimento da capacidade dos estudantes de se tornarem cidadãos emancipados, a qual aponta para a maior porcentagem para a neutralidade, com 48%.

Convém lembrar que a filosofia política no ensino médio deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento da emancipação do estudante de autocrítica e criticidade do meio no qual estão inseridos. Acredita-se que se a filosofia política for ensinada de maneira a incentivar a análise crítica, possibilitando debates regrados e direcionados, bem como a compreensão das teorias políticas e a reflexão

sobre valores democráticos, ela poderá contribuir diretamente para a emancipação dos estudantes.

Gráfico 5



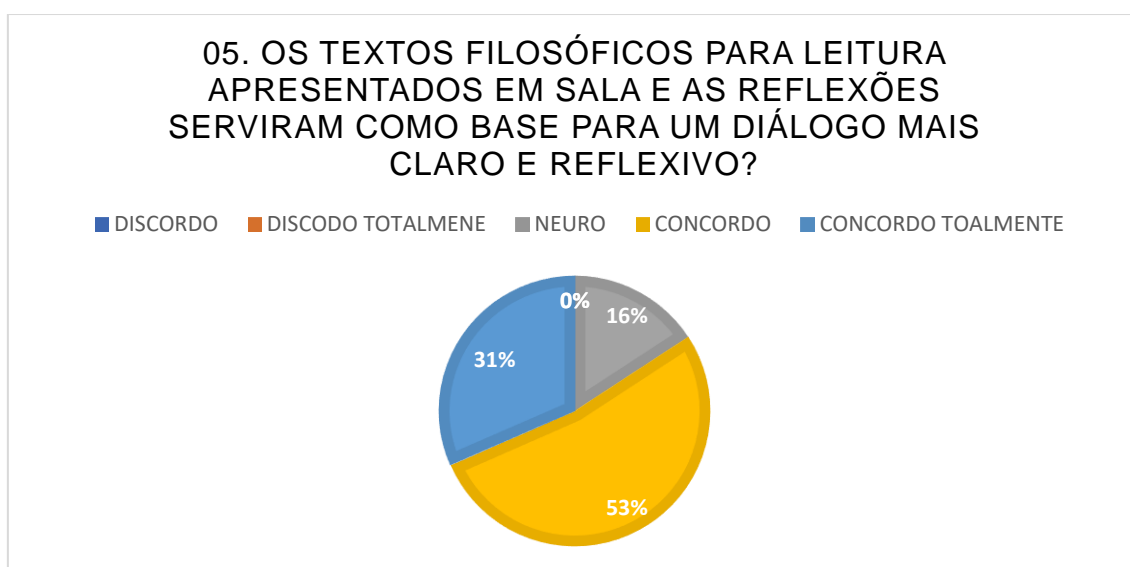
Fonte: Elaborado pelo autor.

Certelli (2009) ao discutir sobre o ensino de filosofia como problema prático, faz uma importante abordagem da forma como o ensino de filosofia nas instituições frequentemente prioriza a transmissão de conteúdo específico em detrimento da reflexão filosófica frente as exigências programáticas do ensino institucionalizado de filosofia “fazem com que, no desenrolar dos cursos, a reflexão filosófica sobre o significado ou o sentido da filosofia costume ser abreviada ao extremo ou postergada quase indefinidamente, em favor da introdução, sem mais, dos conteúdos "específicos" de filosofia”. (p. 14).

Como indicado no Gráfico 06, a grande maioria dos estudantes concorda com a relevância dos textos apresentados para o desenvolvimento das aulas sobre filosofia política. A pergunta tinha o intuito de avaliar se os textos filosóficos e os materiais de apoio, como slides que fundamentaram as aulas e as rodas de conversa, foram importantes para o processo de reflexão.

Apesar de 16% terem indicado neutralidade, 84% dos alunos destacaram o impacto positivo dos textos filosóficos utilizados em sala de aula, juntamente com as discussões e reflexões relacionadas aos textos.

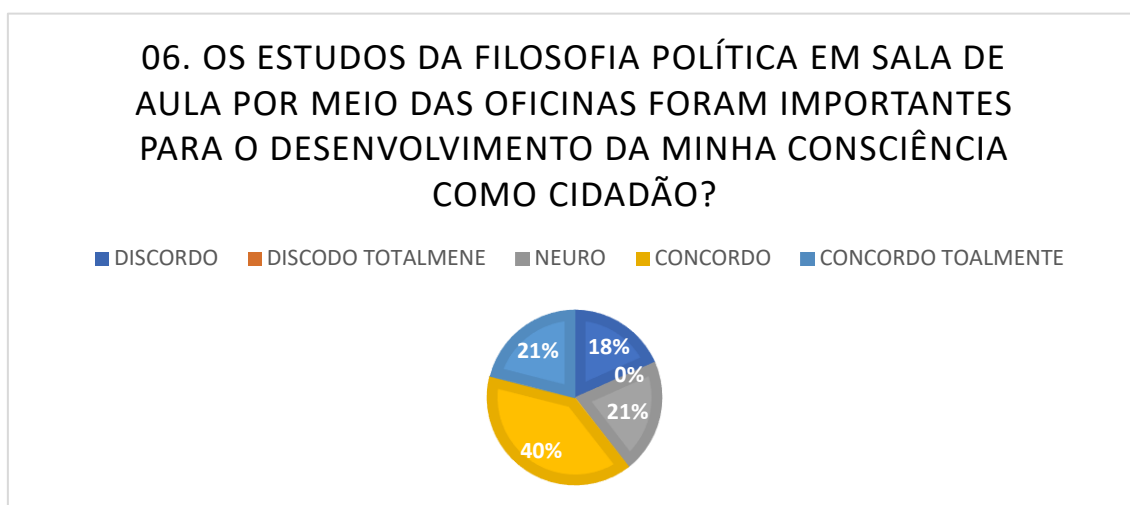
Gráfico 06



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta indicada no gráfico abaixo, 7, buscou compreender o impacto do ensino de Filosofia Política no desenvolvimento da consciência cidadã, sob a perspectiva dos estudantes. Dos trinta e oito alunos que responderam à autoavaliação, apenas 61% concordaram, havendo, ainda, um número expressivo de 18% que discordaram dessa contribuição.

Isso é um aspecto muito negativo, uma vez que um dos propósitos da dinâmica das aulas era, precisamente, contribuir para que esses jovens se tornassem mais conscientes das questões políticas e sociais.

Gráfico 07

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pensar e colocar em prática as oficinas como recurso didático foi resultado de uma estratégia de mediação, pois analisando a sociedade dentro da perspectiva da sala de aula, do dia a dia escolar, de fato, são nítidas as relações complexas entre o Currículo, a filosofia em sala de aula na práxis e a realidade dos estudantes frente às várias mudanças sociais que influenciam todo o sistema e muitas vezes os afasta da Disciplina de Filosofia.

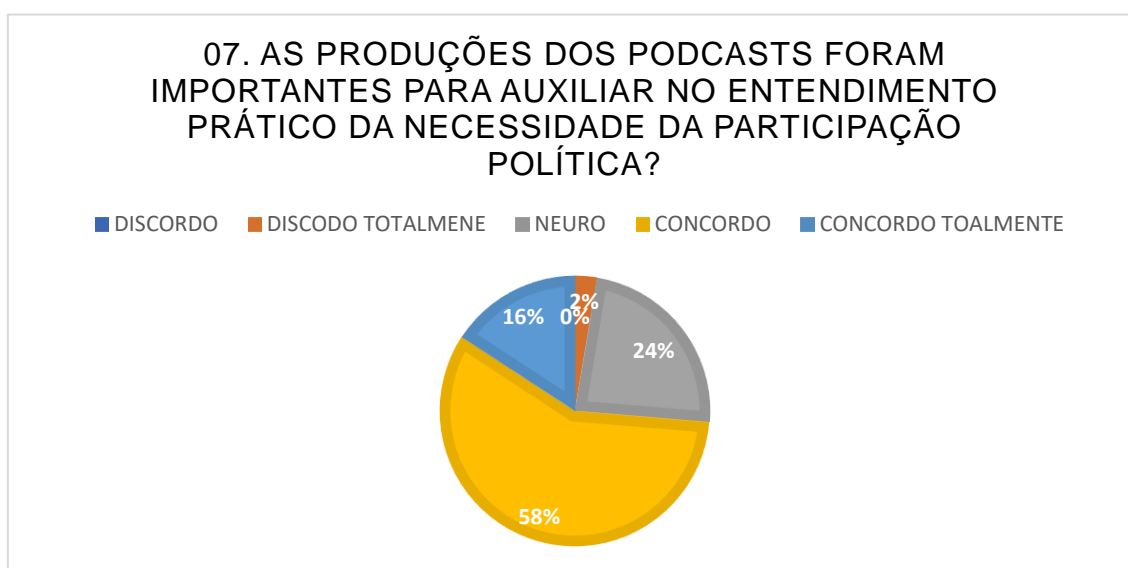
A questão sete, representada no gráfico abaixo, 6, se refere à produção dos podcasts, um produto resultante da prática educacional propositiva, teve como objetivo investigar o impacto positivo no entendimento prático da importância da participação política.

É importante destacar que a construção do material de áudio foi parte de uma produção coletiva, com o propósito de sistematizar os conhecimentos desenvolvidos nas rodas de conversa, seminários realizados em sala, debates e diálogos. Esses elementos foram fundamentalmente importantes para dar forma, base e fundamentação do Produto Final.

Dos alunos que responderam a autoavaliação, 74% responderam que concordam, a resposta sugere que a maioria concordou que as produções dos podcasts tiveram um papel significativo em ajudar no entendimento prático da

importância da participação política. Essa resposta indica que, segundo a percepção deles, os podcasts desempenharam um papel positivo em aumentar a compreensão prática da importância da participação política. Além disso, demonstra que o uso de podcasts como ferramenta educacional pode ser eficaz na promoção do engajamento desses estudantes e na conscientização sobre a necessidade de participação política.

Gráfico 8

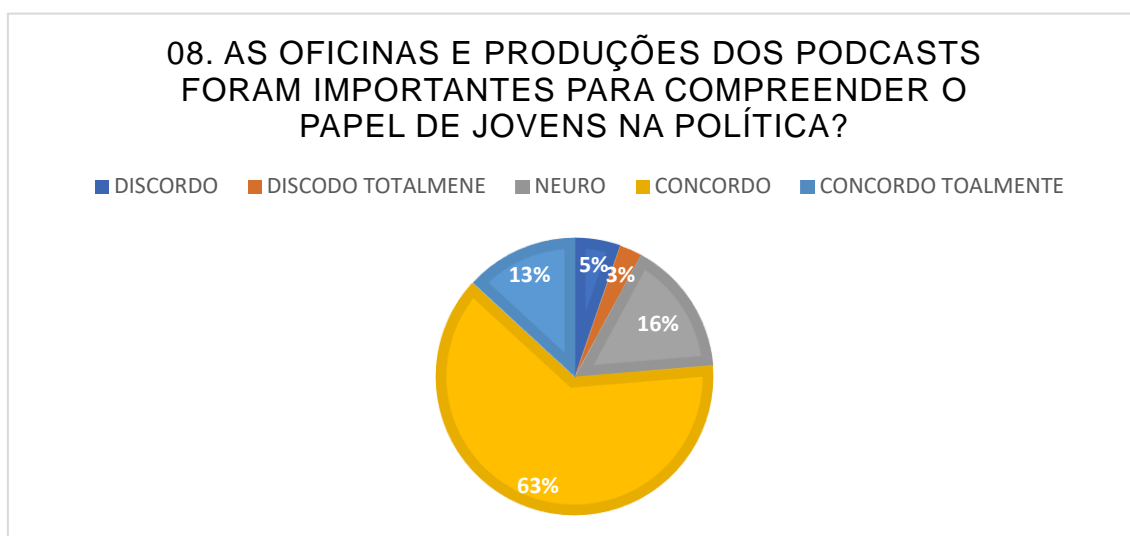


Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mostrado no gráfico 9, a questão se refere às rodas de conversa, seminários, discussões e aos podcasts produzidos pelos alunos, focando na pertinência não apenas das produções de áudio, mas também no desenvolvimento de conteúdo, com o intuito de analisar se isso possibilitou a ampliação da compreensão do papel desses estudantes na política.

Em resposta à pergunta, sugere que, de acordo com a percepção de 76% dos estudantes, as oficinas e os podcasts desempenharam um papel positivo em aumentar a compreensão do papel dos jovens na política. Indica ainda, que a abordagem educacional que inclui oficinas e podcasts foi eficaz na promoção do entendimento sobre como os jovens podem desempenhar um papel ativo na sociedade.

Gráfico 9



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa compreensão é importante para pensar a validade da Filosofia na Educação Básica e/ou ressignificar sua construção em sala de aula, seja na práxis do dia a dia escolar ao estabelecer a relação professor e aluno, como também pensar as dimensões do currículo e seu direcionamento no processo de ensino aprendizagem.

A pergunta apresentada no gráfico 10, tem o propósito de analisar o processo construtivo, seu desenvolvimento e desdobramentos na concepção dos estudantes em relação à execução do projeto e, naturalmente, embasados na compreensão teórico-prática e filosófica, procurou-se entender se o conjunto do trabalho resultou na construção de um sentido quanto à necessidade de se envolver na política, bem como o desafio de exercer a cidadania diariamente, tendo como pano de fundo a influência da Filosofia nesse resultado.

Gráfico 10

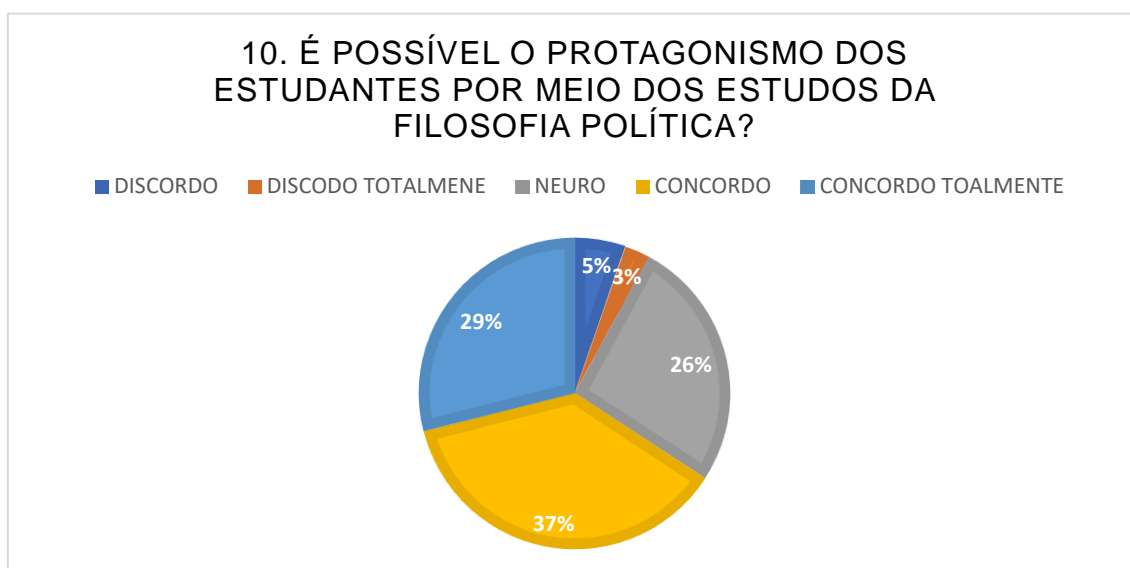
Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta do Gráfico 11, questiona se os estudantes podem assumir um papel de protagonismo por meio do estudo da filosofia política. Em outras palavras, indaga se por meio desse estudo há possibilidades de desenvolver nos estudantes a capacidade para que eles desempenhem um papel ativo e influente no cenário político, permitindo que eles se tornem protagonistas em questões políticas como cidadãos.

Além disso, a questão nos abre um universo de reflexões a explorar outras dimensões, como por exemplo, a própria formação docente, uma vez que esse protagonismo está.

A formação docente em filosofia deveria “formar”, basicamente, alguém que esteja em condições de resolver o problema de ensinar filosofia, em situações diversas. Não alguém que tenha meramente “ferramentas” para ensinar, mas alguém que seja capaz de avaliar os supostos que acompanham as distintas ferramentas (filosóficas e pedagógicas, mas também sociais, de gênero, culturais, etc.) e por que foram assim desenhadas, com que objetivo, com que sentido. (CERLETTI, 2009, p. 63).

Gráfico 11



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para os percentuais apresentados é necessário refletir alguns fatores, como o contexto, em se tratando da avaliação se tratar da percepção de estudantes da segunda série do ensino médio, onde deve ser observando a interpretação para a concordância com 66%, bem como as variações das respostas, observando que houve um percentual de 26% que optaram pela neutralidade.

As respostas nos levam a reflexão de mais uma categoria do método da nossa pesquisa, a totalidade, buscando entender a dinâmica das estruturas sociais, certamente, em um espaço menor, pois o questionário de autoavaliação foi aplicado a uma turma. Contudo, somos levados por este recorte de análise a examinar o contexto para uma compreensão dos fenômenos da sociedade, econômicos e culturais, que analisados na perspectiva de uma interconexão, são parte de um sistema integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, ao buscar estudar o ensino de filosofia, apresentou como proposta de pesquisa a reflexão sobre a *filosofia política e a educação em Aristóteles, com o objetivo de contribuir para a formação democrática do educando no ensino médio*. Subdividida em três capítulos, propôs-se a responder a questões pertinentes e complexas que colocam em discussão a Filosofia em sua essência, com foco em um dos ramos mais expressivos e fundamentais: a Filosofia Política.

Entendendo a relevância desta temática para a Grécia Antiga, nos lançamos em uma investigação à luz da filosofia aristotélica. Nesse processo, discutimos e interpretamos, em um primeiro momento, questões relacionadas à vida política, à concepção do caráter ético, para assim, trazer o debate para a prática educativa, aprofundando também a realidade e os dilemas da Filosofia na sala de aula, ressaltando a importância da educação na formação do ser humano político, como nos aponta Aristóteles ao pensar o homem em sua natureza.

Na perspectiva do filósofo grego, política, ética e educação são três eixos intrínsecos e, parte fundamental para a formação do ser humano e que dão bases para a vida em sociedade, mais que isso, uma vida feliz. Para essa constatação, é traçado um estudo de análises baseados na própria historicidade por meio das experiências empíricas da vida grega. Este aspecto foi importante para tecermos uma reflexão com elementos da atualidade no que diz respeito a Filosofia na práxis indagando sobre com as diretrizes dessa disciplina no Currículo para a formação dos estudantes.

Outro elemento que pauta nossas discussões, está relacionado à Proposta Curricular do Novo Ensino Médio, em se tratando principalmente do desenvolvimento do segundo capítulo, no qual analisamos a presença da Filosofia no Currículo pelo do conteúdo programático que norteia a prática docente para o desenvolvimento das atividades. Além disso, nos apropriamos do Referencial Curricular Amazonense (RCA) em nossa abordagem, entendendo que nossa prática propositiva se integra à realidade educacional no Amazonas. Dessa forma, também nos empenhamos em

pensar a democratização do saber, visando a construção de uma educação dinâmica, autônoma e emancipatória por meio da Filosofia.

Daí, precisamos assumir alguns cuidados e muitos deles cobraram tempo dos docentes, para buscas, leituras, seleção de materiais e custos, mas é necessário aproximar didaticamente a Filosofia dos estudantes dentro do contexto de cada realidade escolar. Então, é importante a sensibilidade para buscar trechos curtos, com uma linguagem mais simples e dinâmica, linguagem visual com figuras, charges, tirinhas, abordando as temáticas de modo mais interativo, mas sem perder o rigor que demanda a Filosofia.

Considerando as reflexões, fica evidente que estar frente a educação hoje como professor de filosofia é assumir um compromisso que implica em lidar com desafios constantes. É sabido, contudo, que nem sempre os discentes, os pais (a família), as coordenações das escolas e até mesmo o próprio Estado estarão dispostos a cooperar com o esforço de um trabalho conjunto, no entanto, precisaremos integrar a Filosofia na vida dos estudantes, mesmo em contramão a todo um sistema que tem se mostrado ao longo da história contrário e contraditório como uma proposta de ensino coesa.

A pesquisa em questão, atendendo as diretrizes do Programa do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF – FILO), que promove um estudo com dinamicidade, apropriação teórica e conexão direta entre a Academia e o ensino prático da realidade escolar, requer a elaboração de uma proposta de intervenção. Isso se deve ao fato de que os pesquisadores são professores vinculados a uma rede de ensino em vigor. Dessa forma, propomos a criação de uma Sequência Didática (SD) com planejamentos desenvolvidos com base na temática "Filosofia Política". A SD foi construída em algumas etapas, entre elas, rodas de conversa, apresentação de seminários e, como Produto Final, desenvolvemos três *podcasts*, gravados e produzidos pelos alunos sob a supervisão do professor de Filosofia, tendo eles os seguintes temas de discursões: *Jovem e Política; Filosofia Política no Ensino Médio; Filosofia e Currículo*.

Buscando fomentar uma reflexão sobre o percurso de aprendizado dos alunos e a compreensão desse desenvolvimento, optamos por criar um questionário de

autoavaliação abordando todo o processo proposto na SD. Isso nos permitiu inferir algumas análises mais criteriosas e aprofundadas acerca da percepção dos alunos em relação ao conteúdo aplicado, à metodologia e à apropriação filosófica que se esperava com o desenvolvimento de nossa prática propositiva.

Sabemos os limites dessa pesquisa ao tratar de uma temática tão relevante e complexa, contudo é expresso de antemão que ela não se fecha e nem teve, obviamente, o intuito de encerrar as reflexões acerca do tema tratado, nem tampouco responder a todas as questões que surgiram ao longo do processo, mas num exercício prático do fazer filosófico, espera-se que seja aguçado nos leitores deste trabalho, indagações e curiosidades com rigor filosófico ao busca compreender mais e mais no que tange a pertinência e implicações da Filosofia Política na vida cotidiana da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**; Tradução da 1ª Edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. _ 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVARENGA, E. M. de. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Versão em português: Cesar Amarilha. 2ª ed. Assunção, Paraguai, 2019.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2ª Edição – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad. do grego de António de Castro Caeiro. - São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **A política**. trad. Nestor Silveira Chaves. - 2º ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2009.

BERTI, Enrico. **Perfil de Aristóteles**. - São Paulo: Paulus, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 maio. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FONTANA, Felipe. Técnicas de Pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago pereira da Silva. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. 1ª Ed. Penápolis: Editora da FUNEPE, 2018. Disponível em: < <https://www.funepe.edu.br/site/5/livros/>>. Acessado em: 13/10/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. EGGA, 1996.

_____. 2001. **Política e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GORENDER, Jacob. O nascimento do materialismo Histórico. In: **A Ideologia Alemã**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na antiguidade**. 4ª Reimpressão. São Paulo: E.P.U., 1975.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. 1818-1883. **A ideologia alemã** [introdução de Jacob Gorender]; tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOSSÉ, Claude. **O Cidadão na Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, 1993.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

NATALI, Carlo. **Aristóteles**. trad. Maria da G. Gomes de Pina. - São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Jocélia Barbosa. **Trabalho e educação: a precarização da formação e profissão do pedagogo na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas**. Manaus, AM, 2017.

SILVA, M. **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. Organização Vera M. Pallamin. Coordenação Marina Ludemann. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Luiz Etevedo da. **Educação e Cidadania**. Rio de Janeiro. outubro/dezembro 2007. nº 145.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

STIRN, F. **Compreender Aristóteles**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

VERGNIÈRES, Solange. **Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos**. trad. Constança Marcondes Cesar. - São Paulo: Paulus, 1998.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a Política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Questionário de Autoavaliação

Apresentação:

O Questionário de Autoavaliação é composto por dez perguntas objetivas descritas na primeira pessoa com opção de respostas a partir de cinco alternativas, descritas da seguinte forma: discordo; discordo totalmente; neutro; concordo; concordo totalmente, como instrumento de coleta de informações para pensar a Filosofia e a sua práxis no que tange o Ensino de Filosofia Política no ensino médio.

01. O estudo sobre política ao longo desse ano contribuiu para ampliar os meus conhecimentos como cidadão consciente?

-) Discordo
-) Discordo Totalmente
-) Neutro
-) Concordo
-) Concordo Totalmente

02. A forma como os gregos antigos se relacionavam com a política e pensavam a pólis ajudou a entender melhor o papel e importância da política?

-) Discordo
-) Discordo Totalmente
-) Neutro
-) Concordo
-) Concordo Totalmente

03. A forma como a filosofia política é direcionada no currículo do ensino médio desenvolve a autonomia do estudante?

-) Discordo
-) Discordo Totalmente
-) Neutro
-) Concordo
-) Concordo Totalmente

04. A forma como a filosofia política é direcionada no currículo do ensino médio desenvolve a emancipação do estudante?

-) Discordo
-) Discordo Totalmente
-) Neutro
-) Concordo
-) Concordo Totalmente

05. Os textos filosóficos para leitura apresentados em sala e as reflexões serviram como base para um diálogo mais claro e reflexivo?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

06. Os estudos da Filosofia Política em sala de aula por meio das oficinas foram importantes para o desenvolvimento da minha consciência como cidadão?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

07. As produções dos podcasts foram importantes para auxiliar no entendimento prático da necessidade da participação política?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

08. As oficinas e produções dos podcasts foram importantes para compreender o papel de jovens na política?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

09. Após o término e execução do projeto, a compreensão do que é política e da sua importância para a sociedade foi ressignificada?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

10. É possível o protagonismo dos estudantes por meio dos estudos filosofia política?

- () Discordo
- () Discordo Totalmente
- () Neutro
- () Concordo
- () Concordo Totalmente

APÊNDICE II – PRODUTO EDUCACIONAL

PROF. NILO PRAXEDES

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Rodas de Conversas sobre Filosofia Política

Filosofia Política e Educação em Aristóteles:
contribuição para a formação democrática do educando no ensino médio



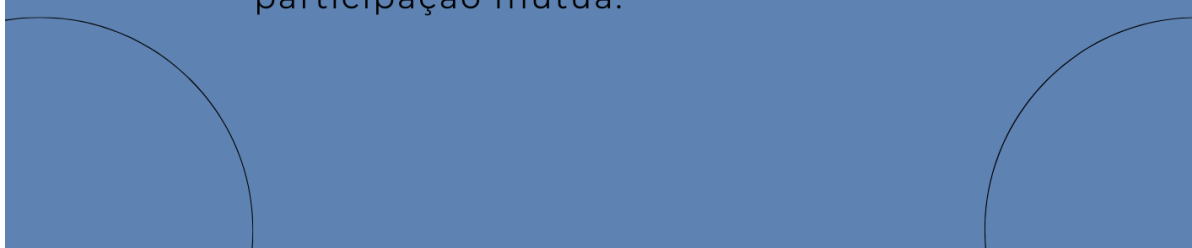


APRESENTAÇÃO

Caros professores,

A Sequência Didática: Rodas de Conversas Sobre Filosofia Política, elaborada em formato de um E-book, é parte de um Produto de Mestrado elaborado pelo pesquisador e professor Nilo Praxedes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPG-FILO) Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFAM).

Esperamos que este material seja um convite a você, professor e professora de Filosofia, a construir sua experiência na práxis, no que tange a Filosofia Política, sendo ela levada aos estudantes do Ensino Médio com dinamicidade, clareza, rigor filosófico e que, assim, desperte o amor pela Filosofia nos educandos através da participação mútua.



FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Prof. Nilo Praxedes

SUPERVISÃO

Profa. Dr. Jocélia Barbosa

REVISÃO

Profa. Me. Thaise Ferro

EDIÇÃO

Marcos Paes



SUMÁRIO

IV Introdução

V Objetivos

VI Habilidades e Competências da BNCC

VII Elementos para a execução da Sequência Didática

VIII Procedimentos Metodológicos

IX Critérios de Avaliação

X Sugestão de Textos

XI Texto 1

XII Texto 2

XIII Referências



INTRODUÇÃO

A Política tem acompanhado os vários desdobramentos do ser humano em suas vivências, auxiliando na compreensão, apropriação e adaptações nas relações que concernem à vida social, ficando perceptível sua presença em toda e qualquer esfera.

Tratar dessa temática na Educação Básica é fundamental para auxiliar os estudantes no entendimento de sua formação como sujeito ético e autônomo e, acreditar no processo formador e transformador da educação que impacta diretamente no sujeito e conseqüentemente no mundo.

OBJETIVOS

Desenvolver rodas de conversa com seminários acerca da filosofia política com os estudantes;

Identificar e analisar as principais correntes filosóficas políticas;

Compreender o que é filosofia política e sua importância na compreensão das sociedades e sistemas políticos;

Criar um gênero textual (produto) com os estudantes, com temas relacionados à política;

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DA BNCC

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6

Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS501) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

ELEMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

- ◆ Tempo de execução da sequência didática:
8 Aulas | 48 min.
- ◆ Quantidade de alunos:
40 Alunos
- ◆ Materiais necessários:
Livro didático
Textos de apoio
Quadro branco
Pincel
Caneta
Papel
Data show
Aparelho de som

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

AULA 1

Sensibilização da temática com os estudantes por meio de uma aula expositiva introdutória e apresentação da proposta de trabalho.

AULA 2

Organização dos grupos de estudo e orientações pelo(a) professor(a). Nesta aula, serão montados os grupos com o total de alunos da turma, onde todos deverão estar inseridos, formando assim, 4 equipes e cada uma deverá desenvolver um estudo sobre um Filósofo e sua Teoria Política e apresentar nos Seminários na data estabelecida no cronograma do professor.

Quanto a criação do Produto, este poderá ser construído coletivamente por toda turma, entendendo que todas as aulas são parte de um trabalho coletivo e de participação conjunta e contínua, porém pode ser direcionado para que cada grupo produza o seu.

AULA 3

Aula expositiva sobre a temática onde serão elencados questões pertinentes no que tange a Filosofia Política e seu conteúdo dentro da proposta de ensino. Nessa aula, o professor apresenta os Filósofos que desenvolveram uma Teoria Política, de modo a englobar os quatro Períodos da Filosofia, dos antigos aos contemporâneos, reservando ainda, tempo para tirar dúvidas dos estudantes e, caso necessário, redirecionar a execução dos seminários.

AULAS 4, 5, 6 E 7

Consistirá na apresentação de dois grupos de estudo por aula, ficando a critério da equipe de estudo o modo de apresentação, podendo usar slides ou outros recursos para a exposição do tema a ser tratado, com duração de 15min a 20min, sendo reservado o restante do tempo da aula para o debate aberto com as rodas de conversa.

AULA 8

Para a Mostra do Produto, o professor(a) direcionará, em conjunto com os estudantes o tipo de exposição, a depender do que for produzido,, podendo ocorrer dentro da sala de aula, no auditório, numa publicação online, dentre outras.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

OS CRITÉRIOS SÃO APENAS SUGESTÕES, FICANDO A ESCOLHA DO PROFESSOR(A)

- 1 Postura, clareza e uso formal da linguagem no momento das apresentações;
- 2 Domínio sobre o assunto abordado;
- 3 Recursos didáticos adequados (texto; figuras, tabelas; gráficos; fontes; slides; etc.);
- 4 Organização e planejamento da apresentação;
- 5 Observações criativas e participação nos debates;
- 6 O grupo ao apresentar atendeu ao tempo determinado para as apresentações (15 a 20min);
- 7 Produto (Produção de painel, mural informativo, vídeos, podcasts, textos dissertativo argumentativo, tirinhas, etc);



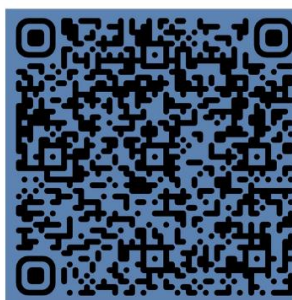
**SUGESTÕES DE
TEXTOS E
MATERIAL PARA
SEREM UTILIZADOS
NAS AULAS**

TEXTO - I

Estamos imersos nas águas profundas da política. Ao contrário do que estamos acostumados a pensar e do que possa parecer, a prática da política não é peculiaridade dos políticos profissionais, mas sim de todos os cidadãos situados na complexa teia de relações de poder que forma a sociedade humana. O poder não está restrito ao âmbito do Estado, mas se encontra presente em todas as modalidades de relacionamento social: no trabalho, nas escolas, nas ruas, nos movimentos sociais, no lazer e, até mesmo, nas relações afetivas. Portanto, discutir política é discutir o cotidiano do ser humano em sociedade, é buscar compreensão mais profunda da complexa teia de relações que estruturam a sociedade humana, é, ainda, buscar entendimento claro e amplo da dinâmica do poder na sociedade.

(GARCIA; VELOSO, 2007, p. 105)

TEXTO - II



Link de acesso para outras Charges.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

GARCIA, José Roberto; VELOSO, Valdecir da Conceição. Eureka : construindo cidadãos reflexivos. Florianópolis: Sophos, 2007.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998

LINKS

Galeria de Charges: Política. Disponível em: < <https://acesse.dev/A31Dv>> acesso em 03 de outubro 2023.

